

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO
2011 / 2012***



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**COOPERAÇÃO TÉCNICO – MILITAR ENTRE ANGOLA E PORTUGAL – O
FUTURO FACE ÀS RESTRIÇÕES FINANCEIRAS EM PORTUGAL**

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA MARINHA PORTUGUESA / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA / DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA PORTUGUESA.

***DOMINGOS PAULINO MBALI
TCOR INF (ANGOLA)***



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**COOPERAÇÃO TÉCNICO – MILITAR
ENTRE ANGOLA E PORTUGAL – O FUTURO FACE ÀS
RESTRIÇÕES FINANCEIRAS EM PORTUGAL**

**TCor Inf Domingos Paulino MBali
(Angola)**

Trabalho de Investigação Individual do Curso Estado-Maior Conjunto
2011/2012

Lisboa 2012



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**COOPERAÇÃO TÉCNICO – MILITAR ENTRE ANGOLA
E PORTUGAL – O FUTURO FACE ÀS RESTRIÇÕES
FINANCEIRAS EM PORTUGAL**

**TCor Inf Domingos Paulino MBali
(Angola)**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2011/2012

Orientador: MAJ INF Jorge Manuel Gomes RIBEIRO

Lisboa 2012



Agradecimentos

Ao elaborar um trabalho desta natureza, uma tarefa complexa e a que dediquei muitas horas e meses da minha vida, contei com uma rede de apoio que contribuiu muito para proporcionar a concretização da dissertação e que, como tal, não poderia deixar de mencionar.

Desta forma, e sem distinguir todos quantos participaram e colaboraram para que conseguisse alcançar o fim desta etapa tão importante na minha vida, expresso os meus sinceros agradecimentos:

Ao meu primeiro agradecimentos são Institucionais e devo-os às Forças Armadas Angolanas, onde me orgulho de servir, pela experiência e pelas oportunidades de vida;

À Direção do IESM, e o nosso Diretor do CEMC, que pacientemente soube lidar com as minhas enormes dificuldades desta caminhada, assim como, todo corpo Docente pelo encorajamento que me prestaram;

À minha família, que pacientemente contemporizou com a minha ausência, na ausência que vivemos para os momentos futuros e não para momentos presentes;

Ao Sr. Professor Jorge Manuel Gomes RIBEIRO, meu Orientador e a quem tenho o privilégio de poder chamar Amigo, pelo exemplo de servir e por ter acreditado em mim, pela paciência, disponibilidade, pelas vias de investigação e todas as críticas construtivas demonstradas ao longo do trabalho;

São inúmeros os camaradas de armas e colegas com quem debati, aprendi e refleti sobre os Estudos da Guerra, Estratégia, e Administração de Recursos, e sem os quais a presente etapa não teria sido possível;

Sem ser exaustivo, não posso deixar de destacar os funcionários da Messe de oficiais IESM, pela caridade e acomodação brilhante que nos proporcionaram, durante a nossa estadia nesta bela Casa.



Índice

Agradecimentos	iv
Índice dos anexos e apensos.....	vi
Resumo.....	vii
Abstrac.....	viii
Palavras-Chave.....	ix
Lista de Abreviaturas, siglas e acrónimos.....	x
Introdução.....	1
Capítulo I – Os Projetos da CTM entre Angola e Portugal.....	6
a. A política de Cooperação Portuguesa.....	6
b. A Política da Cooperação Angolana.....	8
c. Formação e treinamento de pessoal.....	9
(1) Formação em Angola.....	9
(2) Objetivos.....	10
(3) Formação em Portugal.....	10
(4) Prestação de Serviços.....	11
(5) Fornecimento de Material.....	12
(6) Assistência Sanitária.....	12
d. Objetivo CTM.....	12
(1) Competências das instituições dos dois países.....	13
e. Síntese conclusiva.....	14
Capítulo II – O Programa Quadro Futuro da CTM entre Angola e Portugal.....	16
a. O Programa Quadro CTM para o Quadriénio 2011/2014.....	16
b. Síntese conclusiva.....	22
Capítulo III – A CTM entre Angola e Portugal Capacidades Possíveis Conjuntas....	23
a. Formação da autoridade marítima angolana.....	23
b. Importância da formação da autoridade marítima angolana.....	25
c. Síntese conclusiva.....	27
Capítulo IV - Potencializar o Papel da CTM entre Angola e Portugal	30
a. Os Impactos das Restrições Financeiras nos Projetos da CTM entre os dois Países.....	34
b. Síntese conclusiva.....	35



Conclusões	37
a. Propostas.....	40

Bibliografia	42
---------------------------	----

Índice de Anexos e Apensos

Anexo A	I
---------------	---

Anexo B	III
---------------	-----

Apenso A.....	IV
---------------	----



Resumo

No contexto da globalização e ao binómio desenvolvimento e segurança, a cooperação entre atores na área da segurança e defesa é inquestionável. Tem aumentado a interdependência entre atores do sistema internacional, Angola e Portugal desenvolvem relações externas de segurança e defesa, tanto de uma forma multilateral, como bilateral, sendo o principal esforço da cooperação dirigido para garantir à paz e segurança e desenvolvimento sustentado.

Num quadro de cooperação internacional em matéria de segurança e defesa, onde a cooperação bilateral aparece cada vez mais integrada numa cooperação multilateral, procuramos com este trabalho percebermos como se desenrolam os projetos da CTM entre os dois países. Inicialmente fez-se abordagem conceptual da CTM, procurando identificar conceitos orientadores para a compreensão do nosso tema, e a tipologia de cooperação que mais adotam.

Caracterizamos os projetos da CTM nos territórios dos dois países. Seguidamente procurou-se perceber o programa quadro futuro da CTM entre Angola e Portugal. Posteriormente, procurou-se identificar quais são as capacidades possíveis conjuntas na formação da autoridade marítima angolana; O potencial do papel da CTM entre os dois países; O impacto das restrições financeiras nos projetos.

Por último, apresentamos propostas para contribuírmos na evolução dos projetos em curso.

A metodologia de trabalho passou pela consulta de fontes bibliográficas, nomeadamente documentos oficiais da abordagem do assunto, analisados e artigos de opinião sobre os conceitos e tratados abordados, bem como, entrevistas o que permitiu a análise de conteúdos relacionados com a temática em estudo. No âmbito da formatação do documento, de referir a utilização de *software* para referenciação automática, nomeadamente o Microsoft Word 2010, utilizando o estilo *Harvard-Anglia* 2008.



Abstract

In the context of globalization and to the relationship between development and security, cooperation between actors in the area of security and defense is indisputable. The interdependence between actors of the international system has increased. Angola and Portugal have developed various relations in security and defense on different levels, multilateral and bilateral. The main focus of this cooperation for peace and security is to guarantee sustainable development.

We try to understand, with this work, the possible future framework of the CTM program between Angola and Portugal, in a framework of international cooperation in security and defense, where bilateral cooperation appears increasingly integrated into multilateral cooperation.

Initially we explain the conceptual approach of CTM and try to identify concepts for advice for understanding the CTM and the typology of cooperation.

We characterize the projects of CTM on the territories of both countries. Then we try to realize the future framework program of CTM between Angola and Portugal.

In a further part, we try to identify what are the possible capabilities for joint training of the maritime authority of Angola; the potential of CTM between this two countries and the impact of financial restrictions.

Finally, we present proposals to contribute in the progress of ongoing projects.

The methodology of work began by consulting bibliographic sources, including official documents regarding to the subject, analysis and opinions about the concept of CTM, as well as interviews which allow the analysis of content related facts.

We used the automatic formatting of the software, such as Microsoft Word 2010 which is using Harvard-style Anglia 2008.



Palavras-Chave

Acordos da Cooperação

Autoridade Marítima Angolana

Cooperação Técnico-Militar

Desenvolvimento sustentado

Estratégia

Língua Portuguesa

Política

Povo

Projetos

Programa Quadro

Sociedade



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BCE	Banco Central Europeu
CEDNPT	Conceito Estratégico da Defesa Nacional Portuguesa
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CRA	Constituição da República de Angola
CRPT	Constituição da República Portuguesa
CTM	Cooperação Técnico-Militar
DGPD	Direção Geral de Política de Defesa
DPPDN	Direção Principal de Política de Defesa Nacional
DT	Diretor Técnico
ESDN/FAA	Estrutura Superior de Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas
ESG	Escola Superior de Guerra
FAA	Forças Armadas Angolanas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GOP	Grandes Opções do Plano
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IILP	Instituto Internacional de Língua Portuguesa
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
MDNPT	Ministério de Defesa Nacional Portuguesa
MGA	Marinha de Guerra Angolana
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento
PQ	Programa Quadro
RCMPT	Resolução de Conselho de Ministros Português
SAM	Sistema da Autoridade Marítima
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida
SPI	Sistema Político Internacional
TROIKA	Comité de Três Membros União Europeia, Fundo Monetário Internacional e



	Banco Central Europeu
UE	União Europeia
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana



Introdução

A cooperação técnico-militar entre Angola e Portugal está inexoravelmente ligada ao binómio desenvolvimento e segurança pois sem segurança, o desenvolvimento é inexistente.¹

De acordo com, Marques (2008, p. 9) Com o advento de uma nova ordem internacional, que despontaria com a queda do muro de Berlim, as agendas internacionais começaram a incluir o continente africano, tendo-se rapidamente chegado à conclusão que seria necessário um grande esforço para edificar Estados viáveis, dotados de regras e mecanismos que permitissem a construção de uma paz duradoura como fator de desenvolvimento sustentado (Marques, 2008, p. 9).

Esta relação é tanto mais relevante quanto aumenta a constatação que a dinâmica atual do sistema político internacional (SPI) tende a fomentar o incremento da heterogeneidade das sociedades, propiciando a proliferação de conflitos internacionais.

A “importância da cooperação técnico-militar entre os dois países está no tocante riqueza que é a maior riqueza dos povos, que são as pessoas, que é o fator humano, que é maior investimento que podemos fazer para um mundo mais pacífico, para uma colaboração mais estreita, para um melhor entendimento entre os homens”, esta iniciativa de intercâmbio nas relações bilaterais entre os dois países, e no atingir novos patamares de transparência e confiança.²

A CTM entre os dois países ouve-se menos falar, é menos mediático, não passa tanto nas televisões ou nas rádios, mas tem uma importância muito significativa na ligação dos laços históricos culturais e de amizade entre os dois povos.

Por outro lado, segundo Marques (2008, p. 11), é importante salientar que a Globalização não é a McDonaldisação. As especificidades dos países as suas características cultu-

¹ « [...] Não Teremos Desenvolvimento sem Segurança, Não Teremos Segurança sem Desenvolvimento, e Não Teremos Nenhum dos Dois sem Respeito pelos Direitos Humanos.»

Relatório “In larger freedom: towards development, security and human rights for all”, do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em 2005

² Para o Ministro da Defesa a atribuição de bolsas para formação técnica-militar de jovens, insere-se na ação da cooperação que Portugal mantém com os PALOP e com Timor-Leste. José Pedro Aguiar Branco explica que: «a importância é enorme porque estamos a investir na confiança, nas pessoas, no fator humano e todo o investimento que possamos fazer no fator humano é muito importante para aquilo que é o clima de confiança que é necessário ter entre Portugal e os países de expressão portuguesa. E, portanto, esta cooperação técnico-militar que já há muitos anos tem sido uma linha prioritária e estratégica em Portugal manteve-se também neste Governo, mesmo numa época de austeridade em que nós podemos acomodar no Orçamento uma verba significativa, até superior à do ano passado». 2012-01-26



rais e formas intrínsecas terão de ser consideradas e reforçadas para conseguirmos um desenvolvimento de raízes sólidas e sustentáveis.

A cooperação para o desenvolvimento nunca teve um significado unívoco. Desde o seu surgimento está em permanente reformulação. Se a entendermos enquadrada nas preocupações do PNUD, ou seja, ao crescimento económico deve corresponder um efetivo desenvolvimento humano (das capacidades intelectuais, necessidades básicas e aspirações, na forma sustentada) (Marques, 2008).

A cooperação constitui um instrumento de grande importância, uma vez que representa à própria estrutura do homem, em envolvido numa determinada tarefa para alcance dum determinado objetivo são necessária todas forças contribuindo para o sucesso.

Justificação do Tema

As restrições financeiras impostas pela TROIKA Comité de três membros, União Europeia (UE), Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), implica que Portugal tenha uma linha de atuação zelosa e criteriosa na utilização dos recursos que possui em todas as vertentes para assim conseguir otimizar os recursos que, nos tempos que correm são cada vez mais escassos.

A utilização de meios financeiros portugueses para bolsas estrangeiras inclui-se perfeitamente nessa ótica de otimização dos recursos para que Portugal consiga cumprir o tratado que assinou.

A crise económica é um fenómeno global, não obstante as diferenças existentes do ponto de vista de recursos naturais, Angola não é isentas as restrições financeiras, tendo em consideração que o país é um recém-nascido com apenas uma década de tempo de paz. Período de procura de linhas orientadoras para a consolidação da paz, democracia e o bem-estar do seu povo, reconstrução nacional, e, desenvolvimento político social.

Objeto de estudo e sua delimitação

O objeto de estudo do presente trabalho é caraterizar e analisar os projetos de CTM nos territórios dos dois países entre Portugal e Angola.

O presente estudo limitar-se-á legalidade em que se desenrolam os projetos de CTM entre os dois países.

Objetivos da investigação

Na presente investigação, o objetivo geral visa, através de propostas concretas, contribuir para a necessidade de estudar a forma como pode ser possível à CTM entre os



dois países, o futuro face as restrições financeiras em Portugal, priorizar os atuais projetos de acordo com critérios de custos – benefícios.

Os objetivos específicos

- (1) Caraterizar os projetos de CTM entre Portugal e Angola nos territórios dos dois países;
- (2) Caraterizar o enquadramento legal em que se desenrolam os projetos de CTM;
- (3) Abordar o apetrechamento da componente marítima de Angola com navios com capacidade oceânica, com o objetivo de garantir a sua participação /intervenção futura no combate à pirataria no golfo da Guiné;
- (4) Analisar os custos de cada projeto e os objetivos a atingir;
- (5) Priorizar os atuais projetos, de acordo com critérios de custos-benefícios;
- (6) Propor um quadro de CTM entre os dois países e solução de alternativa para Angola, para projetos tendentes a reduzir ou suspender.

Perante o tema do presente trabalho elaboramos a seguinte questão central:

QC: As restrições financeiras podem ter impacto nos projetos de cooperação técnico-Militar entre Angola e Portugal?

Para responder a esta questão formulamos as seguintes questões derivadas:

QD 1- Como se desenrolam os projetos de CTM entre Portugal e Angola?

QD 2- Qual é o quadro futuro de CTM entre os dois países?

QD 3- Como se desenvolve a cooperação Técnico-Militar entre Angola e Portugal, na formação da Autoridade Marítima Angolana?

QD 4- Como potencializar o papel da CTM entre Angola e Portugal?

QD 5- Qual é o impacto das restrições financeiras nos projetos de Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Angola?

QD 6- Como anular os impactos das restrições financeiras na cooperação técnico-militar entre Angola e Portugal?

Hipóteses (H)

1 H- Os projetos da CTM entre Angola e Portugal, desenvolvem-se através do Programa Quadro, acordado nas reuniões da Comissão Bilateral Luso-Angolana no Domínio da Defesa;



2 H – Angola e Portugal assinaram um Programa Quadro para o Quadriénio 2011/2014, acordado na 11ª Reunião da Comissão Bilateral Luso-Angolana no domínio da defesa, realizada em Luanda de 29 de Abril a 03 de Maio de 2010;

3 H - As capacidades possíveis conjuntas dos dois países, estão no fator potencial de todos seus recursos, que nos últimos tempos tem dado bons indicativos;

4 H- Na efetivação das ações conjuntas entre os dois povos, através das organizações que contribuem direta ou indiretamente nas ações da CTM entre os dois países, na promoção das relações histórico e culturais;

5 H – As restrições financeiras pode ter impactos nos projetos da CTM entre os dois países, uma vez que o fenómeno da crise económica é global;

6 H – Através de custos-benefícios, define-se projetos a reduzir ou suspender.

▪ **Percurso Metodológico**

No que diz respeito ao percurso metodológico, será seguida a abordagem proposta por Quivy & Campenhoudt (2008), adotada pelo Instituto de Estudos Superiores Militares.

▪ **Instrumentos Metodológicos**

Será utilizada a pesquisa exploratória que permitirá o mapeamento, a descrição e a elaboração de uma classificação inicial para a necessidade ou não de inserção de novos dados relativos à pesquisa em pauta.

Para a definição de termos, levantamento das informações de interesse e estruturação de um modelo teórico de análise será realizada uma revisão de literatura nos seguintes moldes:

▪ **Fontes de busca:**

- Biblioteca do IESM;
- Ministério da Defesa Nacional de Angola (MDN/DPPDN);
- Ministério da Defesa Nacional de Portugal (MDN/DGPDPT).

▪ **Critérios de inclusão:**

- Estudos publicados em português, inglês ou espanhol;
- Estudos quantitativos e qualitativos que descrevem experiências com acordos de cooperação.

▪ **Critérios de exclusão:**

- Estudos que reutilizam dados obtidos em trabalhos anteriores;



-A interpretação dos dados colhidos será feita de acordo com as áreas de interesse CTM após essa etapa, considerada essencial para o andamento do trabalho.

A metodologia utilizada na investigação teve como base quatro etapas, adaptadas do Método Científico de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt:

1ª Etapa – Elaboração do Plano do Trabalho (PT); 2ª Etapa – A Observação (leitura e fechamento); 3ª Etapa – Análise das Informações e Redação; 4ª Etapa – Conclusões e Redação Final.

-Estrutura do documento

O trabalho está organizado em quatro capítulos. A seguir à presente introdução, iremos no I capítulo, caracterizar como se desenrolam os projetos da CTM entre os dois países. No II Capítulo, iremos caracterizar o Programa Quadro futuro da CTM entre os dois países. No III capítulo, iremos procurar quais são as capacidades possíveis conjuntas nesta área, e formação da autoridade marítima angolana. No IV Capítulo, iremos procurar como potencializar o papel da CTM entre Portugal e Angola na prossecução dos objetivos estratégicos dos dois países, e procuraremos quais são os impactos das restrições financeiras nos projetos da CTM entre os dois países, e como anular esses impactos. No capítulo final, as conclusões do estudo através das quais visaremos responder à questão central e, assim, ao enunciado do trabalho de investigação.

O glossário de conceitos de apoio a este trabalho consta do Apêndice I.



Capítulo I - Caracterização dos Projetos da CTM entre Angola e Portugal

O mundo está hoje seguramente diferente do que era há alguns anos atrás e a cooperação assume um papel preponderante e inquestionável no contributo para a resolução da plêiade de problemas que decorrem da conflitualidade que prolifera pelo planeta.

Neste contexto, a comunidade internacional constatou que se tornava imperativo conceber um modelo de desenvolvimento diferente, mais abrangente, com adoção de estratégias multidisciplinares e mais estruturadas, passível, com fortes apoios à boa governação, ou seja, com um enfoque nas valências fundamentais que deverão existir em qualquer Estado democrático: garantia da segurança e do bem-estar das suas populações.

Por outro lado, segundo Bernardino (2009, p. 33), este modelo foi denominado “desenvolvimento sustentado, tendo estabelecido, como objetivos principais, a promoção da boa governação e a criação de condições de prosperidade económico-social, constituindo-se, assim, como uma mais-valia na prevenção dos conflitos regionais (Bernardino, 2007).

A CTM entre Angola e Portugal tem-se desenvolvido no âmbito dos projetos de formação dos quadros das Forças Armadas Angolanas na parceria entre a Escola Superior de Guerra (ESG) de Angola e o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) de Portugal e o de assessoria do estado-maior e da formação da Autoridade Marítima Angolana.

Por força da reformulação da política e da execução da CTM entre os dois países, as atividades de cooperação no domínio militar começaram a desenvolver-se sob a égide de Programa-Quadro (PQ). O primeiro PQ entre os dois países foi em 03 de Outubro de 1996. Os PQ, negociados e aprovados no âmbito das Reuniões das Comissões Mistas Permanente, a nível bilateral, são formados por Projetos executados tecnicamente pelos ramos das FA.

a. A política de Cooperação Portuguesa

Portugal desenvolve a sua política de cooperação para o desenvolvimento desde 1979. A Constituição da República Portuguesa CRP releva a importância da cooperação contemplado no ponto 4 do seu artigo 7º (relações internacionais), a aproximação de Portugal aos países que falam português, “Portugal mantém laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa” (Governo Português, 2005).

Com o intuito de tornar a sua ação mais eficaz e eficiente e de preencher os objetivos dos organismos internacionais de que é membro, tendo definido suas linhas de orienta-



ção estratégica para a cooperação através do documento “uma visão estratégica para a cooperação portuguesa” (Governo Português, 2005)

No entanto, com especial relevo para a “Estratégia portuguesa sobre segurança e desenvolvimento”, Resolução do Conselho de Ministros N°73/2009, onde com uma abordagem inovadora e em linha com a estratégia conjunta UE-África, se procura otimizar sinergias e convergir estratégias de cooperação nestes espaços.

Num contexto internacional caracterizado pelo aumento da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), em que as políticas de cooperação são consideradas como integrante das estratégias nacionais para a globalização, Portugal, numa lógica de concretização dos interesses e de rentabilização dos seus esforços, procura hierarquizar os objetivos adequados à prossecução da política externa.

O apoio ao desenvolvimento e à integração dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e de Timor-Leste nas dinâmicas da globalização, pelo caráter biunívoco das vantagens decorrentes destas ações, apresenta-se como uma das faces visíveis do esforço de rentabilização da cooperação.

Assentando a cooperação na boa governação, participação e democracia, a aposta no apoio ao desenvolvimento de programas de promoção da paz, prevenção e gestão de conflitos e de estabilidade pós-conflito nos Estados mais frágeis consubstancia-se nas atividades de cooperação Técnico-Militar CTM.

O apoio à reforma das estruturas de defesa, mediante a definição da política de defesa angolana e a reorganização das Forças Armadas Angolanas FAA, e à inserção em organizações regionais de segurança e defesa na perspetiva da sua capacitação em matérias de operações de manutenção da paz e humanitárias, designadamente em matéria de conceitos, doutrina e princípios”, atribuem à CTM responsabilidades acrescidas.

Por outro lado, segundo Duarte (2011, p. 5), para que Portugal continue a ter uma voz e papel ativos nos assuntos africanos, é essencial o seu empenhamento na cooperação técnico-militar bilateral, “que custa bastante mas têm tido resultados extraordinários” (Duarte, 2011)

A CTM, instrumento da política externa portuguesa, visa apoiar a constituição de Forças Armadas Portuguesas (FAPT) apartidárias, num cenário democrático e de subordinação ao poder político, como elemento pacificador e garante da segurança, da estabilidade política, do bem-estar das populações e, conseqüentemente, do desenvolvimento económico.



co e social sustentado dos PALOP e de Timor-Leste, a transformação dos exércitos “guerrilheiros” em FA nacionais íntegras, eficientes e profissionalmente capazes, através da formação e instrução, centra-se nos recursos humanos e no incremento das suas potencialidades (Governo Português, 2005).

A ação da CTM não se esgotando no domínio militar, assegura o estreitamento do relacionamento secular com os diferentes países, fomenta a cooperação noutras áreas de interesse e projeta “os seus efeitos na denominada ajuda pública ao desenvolvimento”.

Para assegurar a amplitude dos efeitos da CTM a atitude dos militares portugueses é fundamental. São eles que, confrontados com a realidade específica de cada país, colocam em prática os princípios consagrados pelas entidades estatais.

Os PALOP procuraram continuar ligados a Portugal e reforçar os laços de cooperação através de solicitações de apoio no domínio militar. À medida que as dificuldades surgiam, foram colocando as necessidades a Portugal, obedecendo apenas ao critério da premência. Partindo de pedidos isolados e pontuais, as atividades de CTM foram-se intensificando e ganhando contornos mais nítidos, sendo uma área em que os resultados positivos são bastante visíveis.

Devido ao complexo processo de paz, as ações de CTM entre Portugal e Angola, foram-se desenvolvendo até 1996 no âmbito do acordo geral de cooperação Luso-Angolano. O que não foi igual com outros países nomeadamente:

(i) Acordo de cooperação no domínio técnico-militar com Cabo Verde (13 de junho de 1988); (ii) Acordo de cooperação no domínio técnico-militar com São Tomé e Príncipe (21 de dezembro de 1988); (iii) Acordo de cooperação no domínio técnico-militar com a Guiné-Bissau (05 de março de 1989); (iv) Acordo de cooperação técnica no domínio militar com Moçambique (07 de Dezembro de 1989).

b. A Política da Cooperação Angolana

Angola, país empenhado na cooperação para o desenvolvimento desde 1992, com o intuito de tornar a sua ação mais eficaz e eficiente e de preencher objetivos dos organismos internacionais e regionais de que é membro, as linhas de orientação estratégica para a cooperação estão expressas, na Resolução de Conselho de Ministros nº 88/07.

No contexto nacional, está expressa na Constituição da República de Angola (CRA) a importância da cooperação, nos seus artigos 15º e 16º (relações internacionais), da Lei nº 23/92 de 16 de Setembro, nos quais estabelecem relações de amizade e cooperação com



todos os Estados, na base dos princípios do respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade, não ingerência nos assuntos internos de cada país e reciprocidade de vantagens.

A república de Angola apoia e é solidária com a luta dos povos pela sua libertação nacional e estabelecerá relações de amizade e cooperação com todas as forças democráticas do mundo.

A política de cooperação do governo angolano assenta nos seguintes pontos:

(i) Alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milénio e Reduzir a Pobreza Humana; (ii) Promover a Governação Democrática; (iii) Prevenção e Recuperação da Crise; (iv) Preservação e Proteção do Ambiente; (v) Resposta ao *Vírus da Imunodeficiência Humana* (VIH) e Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida (SIDA); (vi) O desenvolvimento institucional; (vii) Consolidação da paz e segurança, desminagem, democratização, descentralização, crescimento orientado para os pobres e acesso universal aos serviços sociais básicos.

Promover o crescimento económico e o desenvolvimento orientado para os pobres, os direitos humanos, a boa governação e a descentralização, promover a melhoria da governação, redução da pobreza e o alcance dos Objetivos de desenvolvimento do Milénio. O reforço do estado de direito é fundamental para assegurar que os direitos dos cidadãos sejam protegidos. Para consolidar a segurança e o acesso a todas áreas do país, (Angola RCM N° 88, 2007)

Formação e treino do pessoal

A formação e treino de pessoal, vertente primordial do PQ da CTM, decorrem em território dos dois países (formação local), em conjugação com as assessorias dos projetos em curso. O investimento na formação não se limita à transmissão de saberes puramente militares, antes pretende dotar os militares de conhecimentos técnicos e científicos, fomentando o prestígio das Forças Armadas Angolanas e valorizando as capacidades dos seus elementos, visto que tem contribuído para o fortalecimento do desenvolvimento social.

(1) Formação em Angola

No ano de 1996, a coberto do Despacho n.º 8/96 de 19 de Fevereiro, do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas (CEMGFAA), o Instituto foi objeto de uma reorganização, sendo-lhe atribuída a nova missão de qualificar e especializar oficiais do Quadro Permanente das FAA e da Polícia Nacional. Nesta conjuntura, à Escola Su-



perior de Guerra ESG, apoiada pela assessoria portuguesa no âmbito da cooperação técnico-militar Luso-Angolana (ESG, 2010).

Em Maio de 1997, o currículo dos Cursos até então realizados foi objeto de uma revisão que conduziu a uma ampliação e aprofundamento dos seus objetivos e ao consequente ajustamento dos conteúdos programáticos. Assim, realizam-se Cursos com contributo de professores do Instituto de Estudos Superiores Militares IESM de Portugal. Em 18 de Janeiro de 1999, por determinação do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas, deu-se início ao 1º Curso de Comando e Estado-Maior com a finalidade de qualificar oficiais superiores do Quadro Permanente das FAA para o desempenho de funções em estados-maiores e na assessoria a altas entidades político-militares.

A missão da assessoria militar portuguesa tem sido desenvolvida a nível de comando e em todas as áreas com particular destaque para o planeamento e programação dos diversos cursos, assim como ministrar grande parte das matérias constantes dos programas curriculares dos mesmos. A assessoria participa ainda no ciclo de conferências do MDN de Angola (ESG, 2010).

(2) Objetivos

Objetivo Global

Apoio à Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas;

Apoio à Escola Superior de Guerra ESG.

-Objetivos Específicos anexo A. II

(3) Formação em Portugal

Atividade de formação do pessoal realiza-se em território luso desde o primeiro momento, com início no decénio de 70, nem sempre foram tidas em linha de conta as necessidades de reestruturação das FA dos PALOP. Assim, só partir de 1992, que os benefícios de cursos, estágios e tirocínios, através de estabelecimento de algumas normas de procedimentos e de um programa anual de formação, passaram a linha de ação racional. Segundo a ordem de prioridades em vigor, são ministrados cursos superiores, bacharelatos; cursos de estado-maior, de promoção a oficial superior, de comando e direção; cursos e estágios de formação e qualificação específicos; e, por último, cursos de ensino secundário.

Complementarmente, têm-se realizado, desde 1995, seminários e conferências nas áreas da segurança e da defesa e o instituto de defesa portuguesa (IDPT), tem sido frequentado por alguns elementos dos PALOP. Em 1999, com a multilateralização da CTM, emer-



giu a preocupação de apoiar as FA e os quadros superiores da administração do Estado no estudo e análise das relações internacionais.

Os militares angolanos, de acordo com as habilitações, e salvo algumas adaptações, frequentam os mesmos cursos que os militares portugueses. Assim, nas FA portuguesas todas as especialidades e categorias, desde as mais técnicas às mais operacionais, estão à disposição destes militares.

A inclusão do ano vestibular no plano anual de formação, destinado apenas aos alunos dos PALOP e Timor-Leste que frequentarão os cursos das academias militares, afirma-se como exceção, neste caso positiva, ao princípio da equidade.

Já os custos indiretos relacionados com a estadia dos bolseiros angolanos em Portugal, saem do orçamento do ministério da defesa portuguesa e são "difíceis de quantificar", uma vez que englobam aspetos como alojamento, fardamento, alimentação, material didático, assistência sanitária e o transporte dos bolseiros em território português. "São dados muito variáveis que não se conseguem dar assim com facilidade", porque de todas as fontes consultadas dos ministérios da defesa dos dois países nenhuma que explicou. Pelo que, as deslocações respetivamente Angola e Portugal são "suportadas pelo país beneficiário da cooperação".

(4) Prestação de Serviços

A prestação de serviços passa pelo apoio técnico ao estudo e planeamento, pela construção/recuperação de infraestruturas e pela implementação de projetos.

O estudo, planeamento e assessoria técnica abrangem diversas áreas, nomeadamente organização superior da defesa portuguesa e das suas forças armadas, legislação militar, comunicações navais, saúde militar, ajudas visuais à navegação, saúde militar, organização de comandos e de sistemas como o da Guarda Costeira (GC), cartografia, hidrografia, informática, fardamento, apoio ao ensino de língua portuguesa, entre outros.

Estas atividades são normalmente desenvolvidas pelas assessorias técnicas ou por equipas técnicas portuguesas que se deslocam ao local, por um período inicialmente determinado, para a realização de estudos específicos.

(5) Fornecimento de Material

Esta área da CTM, de acordo com as características e disponibilidade dos ramos, reveste-se de venda por valor integral, venda por valor parcial, de empréstimo determinado no tempo e ainda de cedência gratuita. Normalmente, é fornecido material didático (com-



putadores, livros), de instrução, de aquartelamento (beliches, utensílios de cozinha) e de logística (fardamento e equipamento), não tendo necessariamente de ser novo, pode já ter sido utilizado, desde que ainda esteja operacional.

(6) Assistência Sanitária

A assistência sanitária, ação de elevado valor social e humano, traduz-se no internamento/tratamento, nos Hospitais militares portugueses, de militares dos quadros dos países recetores e familiares próximos que o solicitem, quando verificado que os países de origem não dispõem de meios para tratar dos problemas em causa.

O parecer favorável do Diretor-geral da política e de defesa do país afeto decorre da análise casuística das solicitações e de capacidades das unidades hospitalares de acolhimento, bem como das capacidades orçamentais RCM N°196/2005 RCMPT. A estes quatro grupos acresce o transporte, maioritariamente por via aérea, de material e pessoal. Por expresso do Despacho do MDNPT de 30 de junho de 1992, foi institucionalizada a utilização dos meios da força aérea portuguesa (FAP) em apoio da CTM.

c. Objetivo da CTM

Contribuir para que a Instituição Militar seja elemento estruturante dos Estados e das Nações e, bem assim, alicerce da unidade e da identidade nacionais;

Capacitar as FAA;

Contribuir para a segurança e a estabilidade regional e internacional;

Fomentar, a nível estratégico, no campo da Segurança e Defesa, o desenvolvimento da cooperação bilateral;

Reforçar os laços entre os Estados-Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP);

Promover o uso da Língua Portuguesa;

Apoiar o Desenvolvimento.

A cooperação técnico-militar entre Portugal e Angola encontra-se consagrada desde 1996 conforme acima referenciado no acordo de cooperação no domínio da defesa, materializava-se em Programa-Quadro Trienal.

(7) Competências das Instituições dos dois países

A cooperação técnico-militar entre os dois países, processa-se através da execução dos projetos de acordo com os PQ, esses cabem aos MDN, através das Direções Gerais de Política de Defesa Nacionais, e especificamente dos DCTM, que por sua vez cabendo-lhe a



definição e avaliação da política, e aos Estados Maiores Gerais das Forças Armadas (EMGFA) dos dois países e dos seus Ramos a respetiva execução, na base da autonomia que possuem.

Por outro lado, segundo o RA (2011), da CTM entre Angola e Portugal, as Forças Armadas (FA) enquanto instrumento da política Externa, cumpre com os princípios das políticas Nacionais de Cooperação de cada país, e tendo como autoridades Coordenadoras os Ministérios de Negócios Estrangeiros dos dois países (IESM, 2011).

As instituições funcionalmente envolvidas nas atividades do desenvolvimento da CTM entre os dois países têm atribuição de competências aos principais agentes que no quadro da Defesa Nacionais, colocam em prática os princípios políticos.

Assim, para melhor nos situar serão apresentadas as principais competências de cada agente envolvente.

Às DGPDN, que compete-lhes centralizar, analisar e converterem as solicitações e/ou sugestões em projetos ou agrega-las num já existente, submeter todos os projetos ao sancionamento dos MDN, acompanhar a execução dos PQ, através das reuniões trimestrais com representantes dos EMGFA e dos seus Ramos, sempre que necessário com os Diretores Técnicos (DT), assegurar os contactos entre os dois países decorrentes na base do desenvolvimento dos projetos, acompanhar a preparação e, elaboração e assinatura de acordos e protocolos no âmbito militar e elaborar um relatório anual de atividades da CTM.

Nesta conformidade, os Ramos das FA são responsáveis pela execução técnica autónoma dos projetos, nomeação de um DT por projeto, promoção da deslocação de missões em Angola no caso de Portugal, cabendo-lhes apresentação de propostas para a otimização da CTM e, pela elaboração de relatório anual de atividades.

Por sua vez, os DT, na dependência dos Estados-Maiores dos respetivos Ramos, têm a responsabilidade de elaborar o planeamento técnico do projeto, de dirigir a sua execução, avaliar os resultados e propostas de alterações ou desenvolvimento, de esclarecer o seu homologado quanto às especificidades do projeto e às responsabilidades, propor a formação de militares correlacionado com o projeto e, propor e selecionar o material e, avaliar o desempenho individual dos militares empenhados no projeto.

A juntar a estes agentes, os Adidos Militares sem prejuízo da sua ligação ao EMGFA, no referente à CTM, podem receber instruções e comunicar diretamente com a DGPDN.



Síntese conclusiva

As atividades de formação dos militares decorrem desde o século passado, com a multilateralização da CTM, surgiu a preocupação de apoiar as Forças Armadas Angolanas e os quadros superiores da administração do Estado no estudo e análise das relações internacionais. Apesar das habilitações dos militares angolanos, com algumas adaptações, frequentam os mesmos cursos que os militares portugueses. O ano vestibular no plano anual de formação sendo destinado apenas aos alunos angolanos que frequentarão as academias militar portuguesas, desde que tenha uma boa classificação.

A CTM compreende uma gama de atividades de grandes projetos a serem desenvolvidas nos territórios dos dois países, no âmbito dos acordos bilaterais, estas estão sintetizadas através de um Programa-Quadro negociado e aprovado, no âmbito das Reuniões das Comissões Mistas Permanente, por sua vez são informados por projetos executados tecnicamente pelos ramos das FA, com envolvimento de recursos humanos, materiais e financeiros, para a concretização destes.

Além dos acordos e programas trianuais e quadriénio que têm sido rubricados, a CTM entre os dois países obedece as obrigações constantes nas leis constitucionais, estabelecendo documentos orientadores dos objetivos da CTM entre as partes, sendo aprovados através do conselho de ministros e difundido no diário da república.

Assim, neste grupo de atividades destaca-se as relacionadas com treino e formação de pessoal, e prestação de serviços, nomeadamente, apoio logístico, assistência sanitária e transporte, bem como o aprovisionamento de material de acordo com as características e disponibilidade dos ramos, reveste-se de vendas por valor integral, venda por valor parcial, de empréstimos determinado no tempo e ainda de forma gratuita.

Porém, resultando nos projetos do programa quadro anterior o novo PQ da CTM entre os dois países, que estabelece o período de quatro em quatro anos para sua aprovação. Acordo baseado num padrão de assessorias de projetos, que tem contribuído de forma positiva nas partes, principalmente do lado de Angola que os resultados esperados são cada vez mais visíveis.

Assim, de forma esclerótica ficamos a saber quais são as instituições competentes da CTM entre os dois países, e como se processa a execução dos projetos da CTM e as entidades máximas no que diz respeito os decisores e os agentes de execução, ou a estrutura da cadeia de comando da CTM entre as partes, e os seus respetivos representantes.



Desta forma neste capítulo, procuramos responder à QD (1).

Como se desenrolam os projetos de CTM entre Angola e Portugal?

Confirmando-se a hipótese 1, os projetos da cooperação técnico-militar entre os dois países, são desenvolvidos através do programa quadro acordado nas reuniões da Comissão Bilateral Luso-Angola no domínio da defesa.



Capítulo II – O Programa Quadro Futuro da CTM entre Angola e Portugal

Programa Quadro para o Quadriénio 2011/2014 acordado na 11ª Reunião da Comissão Bilateral Luso-Angolana no Domínio da Defesa, realizada em Luanda de 29 de Abril a 03 de Maio de 2010, (DPPDN, 2012).

a. PQ – CTM 2011/2014

Nº DO PROJ	Designação	Objetivo Global
Proj- 1	Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas (ESDN/FAA)	Apoio à Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas
Proj- 2	Escola Superior de Guerra (ESG)	Apoio à Escola Superior de Guerra
Proj- 3	Direção do Serviço de Saúde das FAA (DSS/FAA)	Apoio à Direção do Serviço de Saúde da FAA
Proj- 4	Direção de Forças Especiais (DFE)	Apoio à Direção de Forças Especiais
Proj- 5	Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOP)	Apoio ao Centro de Instrução de Operações de Paz
Proj- 6	Estado-Maior do Exército (EME)	Apoio ao Estado-Maior do Exército
Proj- 7	Academia Militar do Exército (AMEx)	Apoio à Academia Militar do Exército
Proj- 8	Marinha de Guerra Angolana (MGA)	Apoio à Marinha de Guerra Angolana
Proj- 9	Força Aérea Nacional (FAN)	Apoio à Força Aérea Nacional Angolana
Proj- 10	Formação em Portugal	Formação em Portugal e apoio à formação em Angola



No entanto, cumpre-se, as atividades de cada projeto conforme está expressa nos objetivos específicos do PQ, através de fichas de projetos, onde estão definidas as direções técnicas de ambas as partes.

O grande grupo de Projetos, à disposição dos agentes envolvidos coloca grandes desafios na concretização dos mesmos, convidando-os para um campo de enormes ações para alcance e/ou atingir objetivos definidos, sem as quais tornaria impossível a satisfação das necessidades assim apresentadas dentro da partilha de preocupações.

É um grande desafio, através da importância dos mesmos para com cada uma das partes envolvente, traduzindo assim, boas linhas para um horizonte de um futuro melhor na conservação das relações entre os dois povos, que tem sido um assunto alvo de discursos de dirigentes que tem envidado esforços na promoção dos valores culturais e laços históricos que unem os dois povos, sem dúvida, a Língua portuguesa sendo elemento fundamental.³

Por outro lado, segundo (s Ano, p. 7) a “expressão comunidade designa um grupo social ao qual se pertence sem escolha, identificado em termos de vida comum, interesse comum, cooperação e interação entre os seus membros na busca da realização desse interesse. Rege-se pelo afeto, pelo sentimento de pertença, pela informalidade das normas,

3 As nossas Forças Armadas foram, são e serão um elemento agregador da nossa vontade coletiva. Representam inquestionavelmente um pilar fundamental da afirmação da nossa soberania, da nossa independência e da nossa identidade.

Com efeito, os problemas de segurança do mundo atual apelam a soluções que envolvem consensos internacionais.

Neste contexto, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, com a visão universalista, cooperativa e integradora que a fundou, poderá ter um papel importante no mundo globalizado em que vivemos.

A CPLP é hoje uma comunidade com mais de 250 milhões de pessoas, unida por uma língua e legado histórico comuns, presente em quatro continentes, e que representa um fator enriquecedor para a inserção regional de cada um dos países que a integra.

A CPLP é neste sentido uma comunidade entre comunidades, integrada por Estados de grande, média e pequena dimensão, com variados níveis de desenvolvimento socio-económico. Também neste sentido pode considerar-se uma comunidade política, económica, social e cultural emergente. Em certa medida, constitui um laboratório de excelência para o mundo global em que vivemos, gerando novos consensos e promovendo a paz, estabilidade e o desenvolvimento.

É por isso natural que a CPLP não negligencie as preocupações de cooperação nas áreas da defesa e da segurança. Deve continuar a assumir, de forma progressiva, uma dimensão na área da defesa, assente num extenso e também pioneiro trabalho de formação realizado a partir dos seus centros de excelência, na interoperabilidade, no reforço da capacidade de actuação em operações de paz internacionais e regionais. Enquanto novo actor internacional, deve também explorar, num processo incremental, o vasto potencial que nos oferecem os domínios das indústrias e economias conexas de defesa e da economia do mar.

A vossa presença neste Instituto bem aponta o caminho que devemos percorrer. Discurso do 1ºMPT Passo Coelho 2011. IESM



práticas e costumes e pelos laços que ligam os indivíduos ao longo de gerações. Todavia, é o conjunto de interesses comuns partilhados que define uma comunidade.

Ao afirmar-se como uma comunidade plural, unida em torno do fator linguístico, a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa constitui-se como um instrumento central na cooperação lusófona, nomeadamente para o desenvolvimento sustentado dos seus membros.

Criada em Novembro de 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe), tinha como instrumento principal o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que se ocupa da sua promoção e difusão. A ideia central desta comunidade baseou-se numa herança histórica comum, unida pelo idioma, e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia.

Em Fevereiro de 1994, os sete ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, decidiram recomendar aos seus Governos a realização de uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo com vista à adoção do ato constitutivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os ministros acordaram, ainda, a constituição de um Grupo de Concertação Permanente, sediado em Lisboa e integrado por um alto-representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal – Diretor-geral de Política Externa – e pelos Embaixadores acreditados em Lisboa, única capital onde existem Embaixadas de todos os países da CPLP (Moreira, 2007, cit. por Barroso, 2010).

A cooperação entre os dois países, constituiu sempre uma preocupação na promoção dos valores linguísticos que distinguem os dois povos, não só, também na comunidade dos países de língua portuguesa.

Por outro lado, segundo Bernardino (2009, p. 14), a cooperação por via da CPLP foi definido como um dos domínios prioritários, para a política de cooperação com o Estados africanos de língua portuguesa, apresentando-se como um dos eixos fundamentais para a consolidação das democracias e como garante do apoio à “*good governance*” e ao desenvolvimento sustentável. Neste sentido, materializa simultaneamente um vetor de desenvolvimento e um elemento fundamental das medidas de consolidação dos sistemas democráticos dos países beneficiários, apoiando polos de desenvolvimento económico e social, atra-



vés da formação de quadros e da reabilitação de estruturas, constituindo-se como um elemento estabilizador do sistema de transição ou da consolidação do Estado Africano e um produtor de segurança no continente afeto (Bernardino, 2009).

A vontade dos agentes executores constitui à luz energético das ambições e orgulho dos decisores da CTM, na projeção de novas ideias ou novos projetos da CTM. Importa realçar, o grande grupo de projetos expressos no Programa Quadro que traduz em melhor as nossas ideias na abordagem do assunto em questão, de quais são as ambições desta cooperação entre os dois países.

Angola e Portugal devem aproveitar a vantagem comparativa que representa a língua portuguesa, sendo uma grande ponte facilitadora na aprendizagem e mediadora comum na comunicação entre os dois povos. Essa vantagem deve ser traduzida em prática, por forma de interagir e partilha de preocupações e transparência, não só, em termo geográfico cada um constitui uma grande vantagem estratégico para com outro, constituindo assim, o elo de ligação, nas organizações internacionais e regionais onde é membro ou faz parte, e às não-governamentais.

Desta forma, a CTM entre Angola e Portugal pode para além do que é o seu tamanho geográfico e populacional, não sendo apenas isso que conta nas relações entre dois países, mas sim, a capacidade também de abrir novas oportunidades para que essa relação possa estimular novas oportunidades entre as partes.

Podemos assim, acreditar que o mais difícil já foi conseguido que é o próprio acordo da CTM, importa agora o aprofundamento da CTM entre os dois países. Ninguém duvida de que o mundo em que vivemos mudou e continua a mudar, o mundo está em velocidade de mudança, é importante referir que esta mudança está em plena aceleração. No entanto, o desenvolvimento de uma visão conjunta da CTM, e a operacionalização de um agir comum, na partilha de preocupações para o bem comum, garantia da segurança, respeito pelos direitos humanos e igualdade do tratamento e contribuir para o desenvolvimento sustentado.

Assim, e de acordo com esta visão, parece fulcral a subordinação da política de cooperação à gestão das relações bilaterais entre os dois países, a gestão destas relações conforma envolvendo fatores de confiança política que a cooperação ganharia em ser vista como algo que se constrói e se molda gradualmente, e/ou seja, não como algo que se pro-



duz em série ou de modo impessoal, mas sim com cuidado, carinho que se reserva às coisas que se fazem com afeto.

Assumimos que as ambições do programa quadro da cooperação técnico-militar entre os dois países é mais uma valência, relaciona-se diretamente com a manutenção dos laços históricos, linguísticos e culturais entre os dois povos. Devemos aceitar que no futuro haverá muitas surpresas, poderão impor sem duvida, alterações e/ou mudanças dos decisores desta cooperação, por isso importa o seu fortalecimento. Neste contexto, diz respeito o tempo de vida (Humana) uma vez que ninguém é permanente neste mundo.

Para nos clarificar, no como cada um dos projetos estão a ser executado, recorremos aos dois projetos permanentes, por conseguinte, o projeto Nº 2.

-Projeto Nº 1 Estrutura Superior da Defesa Nacional e das FAA (ESDN/ FAA)

Projeto diz respeito aos níveis superiores acima referenciados no título do referido projeto.

-Projeto Nº 2 Escola Superior de Guerra

- Direção Técnica

Parte Angolana

De acordo com a entrevista feita ao Chefe adjunto da direção principal de política de defesa (DPPDN 2012), a Entidade Técnica – Escola Superior de Guerra ESG, em Luanda; através da entidade superior “Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas (EMGFAA)”, é nomeado um oficial General para o cargo, cumpre o mandato de 4 anos, com clausura de prorrogativa por “conveniência”. Situação que acontece em todos os projetos da responsabilidade FAA.

Parte Portuguesa

Entidade técnica – Instituto de Estudos Superiores Militares IESM, em Lisboa; garante um Diretor Técnico com dois assessório residente, cumpre o mandato de um ano habitualmente, o IESM garante o asseguramento da administração das matérias através do envio de Assessorias (professores), e material de apoio na base da ordem da calendarização dos Cursos (Filipe, 2012).

-Metodologia

O que diz respeito a metodologia de execução, segundo Filipe (2012), para o cumprimento do objetivo global e dos objetivos específicos, utiliza-se a metodologia a adotar que consiste numa passagem global das responsabilidades de planeamento, administrativas



e letivas, que caracterizam o funcionamento de um estabelecimento de ensino Militar, ao Comando e Direção de Ensino da ESG (Filipe, 2012).

-Recursos Humanos a Empenhar

Pela Parte de Angola

A parte de Angola garante um oficial General para Diretor Técnico do Projeto e os efetivos do quadro orgânico em vigor, de acordo com as definições superiormente aprovadas, de modo a cumprir os objetivos explanados na ficha projeto (Teca, 2012).

Parte portuguesa

A parte portuguesa garante na ESG, um Diretor Técnico e um número de Assessórios Técnicos residentes, permitindo-lhes cumprirem os objetivos Técnicos definidos, de acordo com a disponibilidade da parte portuguesa. Conforme acima referido, ao longo do ano letivo, para a ministração de determinadas matérias, o projeto conta com reforço temporalmente por mais assessores, para realizarem tarefas de âmbito específico, e de acordo com os Objetivos Técnicos definidos (Filipe, 2012).

-Material e Equipamento Necessário

Pela Parte de Angola

Angola garante o apoio logístico ao normal desenvolvimento e funcionamento do projeto, um gabinete de trabalho da assessoria portuguesa, bem como as viaturas necessárias para as suas deslocações.

Pela Parte Portuguesa

A parte portuguesa garante o apoio administrativo aos assessores militares.

-Custos Estimados

A este assunto, os Custos são definidos anualmente por cada uma das Partes.

-Acompanhamento e Avaliações

O acompanhamento

Pela integração e participação da assessoria nos trabalhos a desenvolver, colaborando na orientação dos estudos e propostas. Pela assessoria direta nos comandos/chefias aos vários níveis de decisão, aconselhando nos despachos conducentes à execução dos objetivos. Passando pela análise dos relatórios e informações do cumprimento das diretivas e suas consequências, introduzindo as medidas corretivas consideradas necessárias.

Os relatórios periódicos, mensais e anuais, que reportam e avaliam o cumprimento das ações no alcance dos objetivos nesse período, querem por relatórios extraordinários,



que reportam e avaliam um determinado assunto específico, e, para sua certificação constituindo assim um documento de “extrema importância”, confere assinaturas dos respectivos Diretores de cada projeto por partes.

Avaliações

Avaliações do cumprimento dos objetivos (Específicos e Técnicos) dos projetos são conseguidas através da concretização de objetivos técnicos definidos, podendo serem reajustados por força da definição de modelos de organização e funcionamento, ajustados à realidade do país no caso de Angola, assim como, quando ao seu grau aceitação e implementação.

b. Síntese conclusiva

O propósito, neste capítulo foi conseguido subsequentemente os objetivos nele definido, para se alcançar por materialização dos grandes projetos com vista o seu desenvolvimento, que abarca uma serie de atividades por conseguinte a ser executadas.

No entanto, conseguimos de saber qual o Programa Quadro futuro da CTM entre os dois países, por conseguinte já se encontra no decorrente do segundo ano desde que foi aprovado e a ser desenvolvidas às atividades dos projetos constante no PQ.

Em termo de proficiências de mandos desde o escalão acima até o escalão medial, não obtivemos dados que situássemos eventuais alterações no que está clarificado no anterior.

Nesta síntese, em termos muito breves procuramos situar ao leitor o conteúdo que dominou este capítulo, e procuramos responder à questão derivada (2). Qual é o quadro futuro de CTM entre os dois países?

Conseguindo confirmar a hipótese 2, no futuro Angola e Portugal vão desenvolver a CTM no âmbito do Programa Quadro para o Quadriénio 2011/2014, que assinaram na 11ª Reunião da Comissão Bilateral Luso-Angolana no domínio da defesa, realizada em Luanda de 29 de Abril a 03 de Maio de 2010.



Capítulo III - A Cooperação Técnico-Militar entre Angola e Portugal Capacidades Possíveis Conjuntas nesta Área da Formação da Autoridade Marítima Angolana

A Autoridade marítima angolana compreende o poder público exercido nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, traduzido na execução dos atos do Estado, de procedimentos administrativos e de registo marítimo, que contribuam para a segurança da navegação e, no exercício de fiscalização e de polícia, tendentes ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis nos espaços marítimos sob jurisdição nacional.

O exercício das atividades no mar territorial constitui facto importante para soberania, poder nas águas territoriais, assim, o Estado angolano dada à necessidade da formação da autoridade marítima angolana encontra-se expressa no PQ da CTM entre Angola e Portugal projeto de formação nesta área, decorrente nos acordos bilaterais. As atividades da formação da autoridade marítima angolana decorrem a nível local e no exterior.

a. Formação da Autoridade Marítima Angolana

Angola, está empenhado na formação da sua autoridade marítima, formação essa que ocorre em vertentes (interna e externa), no cumprimento dos projetos da CTM entre Angola e Portugal.

A nível local, as atividades de formação tem-se agraçada através de assessorias militares do exército português, que tem como missão principal garantir e promover a formação técnico-profissional do pessoal afeto aos serviços da autoridade marítima angolana, que tem decorrido nos estabelecimentos de ensino militar, nomeadamente, ESG, Escola de Fuzileiros Navais e Academia Naval da Marinha de Guerra Angolana.

De acordo com MGA (2011, pp. 5-6), os estabelecimentos de ensino ministram através de quatro núcleos de formação:

Formação de Autoridade Marítima, para formação de quadros de chefia e administrativos das componentes regionais e locais da Marinha de Guerra angolana MGA, sendo também responsável pelo planeamento e execução das atividades de aperfeiçoamento e atualização do pessoal que presta serviço nos órgãos da Autoridade Marítima angolana;

Formação da polícia marítima, para formação dos quadros e agentes da polícia marítima sendo também responsável pelo planeamento e execução das atividades de formação inicial, progressão na carreira, aperfeiçoamento e atualização do pessoal que presta serviço na polícia marítima;



-Formação de Faroleiros, para formação do pessoal que desempenha ou venha a desempenhar funções no âmbito do assinalamento e posicionamento marítimos, sendo responsável pelo planeamento e execução das atividades de formação inicial, progressão na carreira, aperfeiçoamento e atualização do pessoal que presta serviço na área do assinalamento marítimo;

-Formação de socorros a náufragos, para atualização de tripulações de embarcações salva vidas, formação de monitores de nadadores salvadores e de nadadores salvadores sendo também responsável pelo planeamento e execução das atividades de formação inicial, aperfeiçoamento e atualização das tripulações de embarcações salva vidas, de monitores de nadadores salvadores e de nadadores salvadores.

Nos estabelecimentos militares acima referidos, são ministrado os seguintes cursos e/ou seminário e estágios:

- Aperfeiçoamento em Autoridade Marítima que tem por finalidade fornecer aos oficiais nomeados para exercerem os cargos de Chefe de Departamento, Capitão de Porto e Adjunto de Capitão de Porto, saberes, perícias e atitudes necessários às funções inerentes ao desempenho destes cargos;

- O Estágio para Patrão Mor que tem por finalidade fornecer aos oficiais e sargentos nomeados para exercerem cargos nas capitânias e delegações marítimas informação e orientação genéricas relativas às principais funções inerentes ao desempenho destes cargos;

- O Estágio para Escrivão que tem por finalidade fornecer aos assistentes administrativos, informação e orientação genéricas relativas às principais funções inerentes ao desempenho destes cargos;

- O de Formação de Agentes da Polícia Marítima que é o curso de ingresso na carreira e tem uma estrutura curricular dividida em três áreas: formação geral, formação técnico-profissional e formação complementar;

- O Curso de Promoção a Subchefe da Polícia Marítima que é um curso de progressão na carreira e tem uma estrutura curricular dividida em quatro áreas: formação cultural, formação psicossocial, formação técnico-policial e formação complementar;

- O de aperfeiçoamento em Táticas Policiais que tem por finalidade fornecer aos formandos oficiais, sargentos e agentes da Polícia Marítima saberes, perícias e atitudes para o desempenho de missões policiais com o emprego de armamento letal e menos letal.



Em início do ano de 2011, sendo o primeiro ano da Academia Naval, o ano letivo apenas arrancou com dois cursos nomeadamente: curso de engenharia naval e mecânica.

A Academia Naval para o ano 2011, contou com a assessoria portuguesa e também com os professores angolanos, militares e civis. Prevê estabelecer convênios com universidades angolanas, principalmente, com a Universidade Agostinho Neto no sentido de fornecer professores para lecionarem naquela Academia.

No entanto, no ano letivo acima referenciado o estabelecimento de ensino militar a lecionou alguns professores universitários na base de contratos individuais, desde que reúnam requisitos. Celebra-se o contrato com o Ramo. Nas quais, foram lecionadas especialmente as disciplinas de Matemática e Física e outras disciplinas bases de Marinha, a maior parte deles são civis:

Curso Código do Procedimento Administrativo; Curso de Código Penal; Curso Código do Processo Penal; Curso Direito Comercial Marítimo; Curso Direito do Mar; Curso Direito Contraordenacional (MGA, 2011).

b. Importância da Formação da Autoridade Marítima Angolana

Visa, promover qualidades técnico-profissional da autoridade marítima angolana, para que, no exercício das funções e das missões de satisfação dos compromissos assumidos pelo Estado angolano nas organizações às quais Angola é membro, contribuir para o desenvolvimento social e segurança no alcance dos objetivos do desenvolvimento do Milénio.

Antes porém, o nosso propósito consistia na compreensão em que medida desenvolve as atividades da formação da autoridade marítima angolana dentro do próprio sistema (SAM), que entende-se o quadro interdepartamental formado pelas entidades, órgãos ou serviços de nível central, regional ou local que, com funções de coordenação, executivas, consultivas ou policiais, exercem poderes de autoridade marítima.

Estando expressa no quadro decorrente da orgânica instituída pelo Decreto-Lei nº 23/92 através da qual o SAM assume um carácter de transversalidade, passando a integrar todas as entidades, civis e militares, com competências sobre as atividades que se exercem em espaços dominiais e em espaços sob soberania ou jurisdição marítima angolana.

Neste contexto, da investigação para respondermos a questão que nos propusemos responder foi infeliz pelo que todas as fontes recorridas nenhuma delas disponibilizou para complementar a informação recolhida.



Deste modo, para os angolanos o projeto desperta maior interesse uma que é pelo mar onde o Estado angolano exerce mais de 90% porcentos das atividades do comércio externo.

De acordo com, a (MGA, 2010, p. 8), Angola no mar se exerce sobre uma superfície apenas de cerca de 44% é inferior à terrestre;

É pelo mar que se exerce mais de 95% do comércio externo do país;

O mar é uma fonte de recursos não vivos, tais como os hidrocarbonetos e minerais, que representam mais de metade do PIB.

O mar angolano é uma importante via de comunicação internacional, passando por várias linhas de navegação que ligam a Europa, a África Austral e o Índico. Angola tem condições para ser uma potência marítima tanto pelas suas potencialidades como pelas atividades económicas que aí exerce. Não é de descurar o lugar no contexto geopolítico e estratégico mundial. Daí a necessidade que o país tem em dispor de um Poder Marítimo forte capaz de cumprir com missões de soberania (MGA, 2010)

É neste contexto que a abordagem deste assunto desperta o maior interesse, procurar de que forma se desenvolve as atividades da formação da autoridade marítima angolana.

Desta forma a formação da autoridade marítima angolana insere-se na importância de dotar os elementos ou componente do sistema da autoridade marítima de qualidades técnicas e profissionais para desempenho da sua autoridade no mar, que esses conhecimentos sejam traduzidos em prática, correspondendo assim com sucesso na satisfação dos compromissos por Angola assinado no contexto internacional e regional, no cumprimento das missões de exercer a sua autoria no mar.

Para Angola alcançar os objetivos do desenvolvimento do milénio, importa a formação técnico-profissional aos seus quadros em todos os setores para em comuns, passo a passo, o país ganhe o bom ritmo de desenvolvimento social sustentado.

Como nos referíamos, no mundo atual constata-se transformações diferentes do que era no passado, no que diz respeito o desenvolvimento tecnológico, um mundo em aceleração, que nem sempre tudo será possível adaptação de diversas teorias do mundo do saber, sem apostar numa formação adequada dos agentes setoriais.



No entanto, para que em comum consigamos atingir os objetivos do desenvolvimento social sustentável, importa à conjugação de ações na prossecução de um determinado objetivo, neste contexto objetivo do desenvolvimento social sustentado.

Antes porém, dizia em 2005, o Secretário-geral das Nações Unidas Koffi Annan, que sem segurança não há desenvolvimento, sem respeito pelos direitos humanos, não há nenhuma das duas.

Por outro lado, consagra no artigo 202.º da CRA da Lei Nº23/1992 nos objetivos e fundamentos da segurança nacional, compete ao Estado, com a participação dos cidadãos, garantir a segurança nacional, observando a constituição e a lei, bem como os instrumentos internacionais de que Angola seja parte.

A segurança nacional tem por objetivo a garantia da salvaguarda da independência e soberania nacionais e da integridade territorial, do Estado democrático de direito, da liberdade e da defesa do território contra quaisquer ameaças e riscos, assim como a realização da cooperação para o desenvolvimento nacional e a contribuição para a paz e segurança internacionais (Angola Lei Nº 23, 1992)

Assim, para que Angola possa explorar de forma sustentável os seus recursos naturais e a proteção ao meio ambiente sendo aspetos essenciais para o desenvolvimento e a integração de forma perceptível na região, importa a formação técnico-profissional dos agentes setoriais para que assim sejam criadas as condições na interação entre os membros nacionais e internacionais em aspetos da cooperação na partilha de objetivos comuns.

No entanto, Angola compreende sua extensão fronteiriço marítimo imensa fonte de desenvolvimento sustentável principalmente por ser via mais adequada com baixos custos das suas importações e exportações dos bens necessários para o desenvolvimento do país. Para um país como Angola que encontra-se na luta para conseguir obter capacidades possíveis de se enquadrar na senda dentre países em vias de desenvolvimento, é necessário se aceitar aposta na formação dos agentes acima referenciados, considerando tão importante esta aposta tirando bom proveito dos seus recursos humanos que transforma grande potencial de força para o desenvolvimento do país.

c. Síntese conclusiva

No entanto, esta súmula em linhas curtas buscaram sintetizar assuntos que dominarão abordagem deste capítulo, partindo da intenção colocada para com o assunto de matéria em abordagem.



Neste capítulo queríamos compreender de que molde se encontra o desenvolvimento das atividades da formação da autoridade marítima angolana, pelo que, este objetivo não foi alcançado, uma vez que as informações obtidas não foram suficiente para abordagem do assunto em questão, tendo em conta a sua abrangência bastante imensa no que concerne os elementos que o compõe, no que diz respeito o sistema da autoridade marítima duma soberania.

Todavia, ficamos com ideia de que existe de facto projetos que até em certo momento estando em ações mais consideráveis haverá oportunidade de melhor esclarecimento sobre o assunto. Assim, hodiernamente uma vez que é um assunto recentemente está a ser projetado não obstante o facto de estar inserido no quadro decorrente a anos nesta área da formação, nos faz perceber que pode ser a razão de ainda não chegar níveis de melhor esclarecimento.

No entendimento de nos situar no mais além das informações constante no programa quadro da CTM entre os dois países, dum lado sentenciamos a falta da base de dados que traria para o leitor informação suficiente para o aprofundamento do assunto. Assim, dos dados obtidos não muito esclarecedor às atividades da formação da autoridade marítima angolana destaca-se a formação técnico-profissional do pessoal afeto aos serviços da autoridade marítima angolana, que tem decorrido nos estabelecimentos de ensino militar, nomeadamente, ESG, Escola de Fuzileiros Navais e Academia Naval da Marinha de Guerra Angolana.

A formação da Polícia marítima e sua operacionalização é um dos aspetos que traduz efetivamente o potencial e capacidades exequíveis conjuntas entre as partes. Falar da formação da autoridade marítima não é um assunto de investimento de poucos custos em termos financeiros para que todas as condições possíveis estejam reunidas para o normal funcionamento de forma condigna acomodar formação desta dimensão.

As exigências da sua função policial no cumprimento da missão nas águas territoriais da soberania são fatores que sua aprendizagem solicita muitos recursos tanto os materiais e não materiais que estes recursos o seu emprego traduz potencial difícil medir.

Desta forma neste capítulo, procuramos responder à QD (3)

Como desenvolve a cooperação Técnico-Militar entre Angola e Portugal, na formação da Autoridade Marítima Angolana?



Confirmando a hipótese 3, As capacidades possíveis conjuntas dos dois países, estão no fator potencial de todos seus recursos, que nos últimos tempos tem dado bons indicadores.

A formação dos componentes das autoridades marítimas justifica o potencial das capacidades conjuntas dos dois países nesta área da formação.



Capítulo IV - Potencializar o Papel da CTM entre Angola e Portugal na Prossecução dos Objetivos Estratégicos dos dois Países

A CTM tem todas as linhas orientadoras, às quais, estão definidos os objetivos atingir, as ambições do programa quadro traduz uma grande potência para CTM entre os dois países, sem o qual não seria possível se atingir os níveis alcançados desde o seu primeiro quadro da CTM.

Sem dúvida, pelo caminho vários obstáculos que foram travados e superado com sucesso para que hoje se observe os níveis alcançados, e, como vimos o grande grupo de projetos que preenche este PQ da CTM entre os dois países.

Os objetivos estratégicos dos dois países se conformam nos conceitos estratégicos da política da cooperação como estão definidos nos documentos legais da CTM entre os dois países, dada a definição do atingir o grau de desenvolvimento sustentado e segurança, salvaguardando a vida humana e seu bem-estar social.

De acordo com documento orientador da cooperação dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa PALOP, está bem claro, pretende-se desta forma, no contexto do desenvolvimento sustentável, contribuir para alcance dos objetivos de Desenvolvimento do Milénio e para a progressiva redução da pobreza, considerando que a governação democrática é o domínio de concentração da cooperação, nomeadamente no que se refere aos aspetos relacionados com a governação política (Democracia, Direitos Humanos e Estado de Direito) com a eficácia dos Governos, (maior capacidades para a prestação de serviços públicos) e com a regulação económica (PALOP, 2008).

Por outro lado, a RCMPT nº 196/2005, na tentativa de dar um impulso multidimensional à cooperação com os países Africano, o governo português apresentou o seu conceito através do documento “Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”. Este documento traduz, de forma estruturada e com visão política, as prioridades de Portugal e princípios de atuação, potenciando as mais-valias da cooperação bilateral no quadro das dinâmicas, cada vez mais exigentes e necessariamente mais coordenadas, da cooperação internacional (Governo Português, 2005).

Neste contexto, a vontade política de Angola de se relacionar com espaços geográfico não importa a distância, Portugal para Angola um ator relevante no sistema internacional.



De acordo com, IPAD (2011) consta no componente do programa bilateral português a cooperação de Portugal tem por base um Programa Indicativo de cooperação cuja elaboração assentava num processo de diálogo entre os Governos de Portugal e Angola e resulta de um encontro de vontades centrado, por um lado, nas mais-valias (língua, matriz jurídica e passado comuns) e na estratégia da cooperação portuguesa e, por outro, nas prioridades de desenvolvimento de Angola.

Com efeito, os eixos para a ação governativa assentam:

- Consolidar a estabilidade política, reforçar a capacidade institucional do país e melhorar a governação;
- Garantir o crescimento do país de forma sustentada;
- Melhorar a qualidade de vida dos angolanos;
- Inserção de Angola no contexto internacional.

Portugal também apoia Angola através dos canais multilaterais, quer no quadro da Comissão Europeia (CE), quer do sistema das Nações Unidas, CPLP e Banco Africano de Desenvolvimento (IPAD, 2011).

O potencial da força da CTM entre os dois países vem a ser destacada desde então, como está profusa nos artigos da própria história dos dois países.⁴

O grande potencial que os dois países dispõem, são recursos humanos, são esses que levam e transmite à imagem dos dois povos além fronteira, promovendo essa imagem lá onde a língua portuguesa ainda não é tão acentuada, para que assim se concretize passa necessariamente por mais linhas de aproximação promovendo convívios entre jovens em fase de primeiros contactos com o ambiente político e militar, enquanto oportuno para sua interação entre instituições das partes.

⁴ O governo português desenvolveu um “paciente e discreto trabalho diplomático, com vista a possibilitar um contacto direto entre as duas partes angolanas” (Barroso, s Ano, p. 3). “Estes esforços deram o seu resultado na primeira ronda de contactos diretos entre o governo angolano e a UNITA, que teve lugar em Évora a 24 e 25 de Abril de 1990, a qual só veio a ser publicitada após a conclusão dos respetivos trabalhos” (Idem, Ibidem, p.3).

O envolvimento de Portugal foi, assim, essencial para facilitar o contacto entre as partes. O governo português conseguiu garantir a total discrição destes contactos, possibilitando, assim, a total tranquilidade e confiança tão necessárias para que se conseguisse atingir o encontro de interesses entre as duas partes angolanas. Pese o conflito envolvendo os dois países, foi a confiança que ambas as partes depositavam no governo português, que as levou a “designar” Portugal para mediador entre as mesmas. Condição verdadeiramente essencial para atingir bons resultados nesta mediação foi (é) a “natural facilidade de contacto existente entre portugueses e angolanos, o profundo reconhecimento recíproco que caracteriza os dois povos e que resulta de uma convivência de séculos e de uma língua comum (Barroso, s Ano, p. 4).



Neste contexto, nos referíamos das camadas mais jovens em fase de formação para futuramente servirem as instituições política e militar, no caso dos cadetes. No que diz respeito o convívio tem a ver com a promoção de debates entre estabelecimentos militares “academias e colégios militares” dentro do calendário ou programa escolar para se manter o equilíbrio na aprendizagem dos mesmo e boa familiarização garantindo assim os níveis de confiança e transparência, para que interação mais cedo possível nesta fase de formação.

A essa iniciativa não somente dentro da organização militar propriamente dita quanto a CTM, mas que assim, na conjuntura de todos os setores onde os dois países têm as suas ações de cooperação com vista a contribuir para o desenvolvimento sustentado, tendo em consideração a evolução do mundo tecnológico. O mundo cada vez mais globalizado, onde a cooperação em pró de desenvolvimento é um instrumento fundamental na busca das mais valiosas experiências e condições de vida, sendo o bem necessário para toda humanidade. “O orgulho do homem é o pé no pedal a serrador do mundo”.

De facto se termos em conta aquilo que tem sido a produtividade das relações sociais entre os dois países, tem sua máxima expressão nas relações de cooperação na capacidade adquirida ao longo dos tempos, tornando ações manter-se-ão, ritmo normal desenvolvimento.

Uma vez que, para se atingir o desenvolvimento é necessariamente a “segurança, respeito pelos direitos humanos”, importa adotar o instrumento de defesa de qualidades técnicas profissionais, aumentando suas capacidades de atuação nas ações conjuntas em todas as vertentes para dar resposta ou satisfazer os compromissos nacionais. Importa a cooperação na busca do saber a importância do fator experiência na operacionalização das forças armadas dentro da sua organização sendo instrumento do Estado, a formação deve ser considerada como catalisadores do desenvolvimento.

Por outro lado, segundo o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento o documento de estratégia da cooperação entre Portugal e Angola 2007-2010, através da declaração conjunta sobre cooperação na área da defesa, definia como objetivo, orientar a cooperação técnico-militar na base das necessidades de segurança e defesa, e prever uma componente de ações para operações de paz na cooperação bilateral, na linha do programa de apoio aquelas missões em África (IPAD, 2011)



a. O Impacto das Restrições Financeiras nos Projetos da CTM entre Angola e Portugal

Apesar do fenómeno global da “Crise económica” que prolifera por todo mundo as restrições Financeiras não a feita o normal ritmo do desenvolvimento das ações dos projetos da CTM entre os dois países, pelo que todos objetivos expressos no Programa Quadro da CTM estão a ser cumpridos.

Por outro lado, segundo a entrevista consentida pelo Senhor Coronel Teca Chefe da Repartição de Formação e Ensino Exterior DPPDN (CRFEE/DPPDN, 2012, ABR02), afirmou que, todos os projetos constantes no programa quadro entre os dois países encontram-se em execução na base das linhas orientadoras e prioridades conforme esta definido nos objetivos global, específicos e técnicos de cada projeto. Pelo que, para Angola todos os projetos definidos no programa quadro em vigor, não há nenhuma alteração, o orçamento para estes está contemplado no orçamento do MDN.

O que de facto não difere do lado de Portugal pelo que, no dia 24 de janeiro deste ano ficamos mais o menos situado às restrições financeiras nesta área da CTM através do discurso do Ministro da defesa português dirigido aos alunos PALOP garantiu que existe orçamento para o cumprimento dos projetos da CTM.⁵ Destacou alguns números que esclarecem a produtividade de forma positiva dos resultados das ações da CTM em que ponto está contribuir na formação e capacitação dos militares dos países da CPLP, não somente dos PALOP. São resultados muito ambiciosos pelo que garante boa satisfação nos países beneficiários, justificando passo a passo, alcance dos objetivos definidos pelas partes.

No desenrolar destes projetos tem ocorrido apenas reajustes nas vagas de projetos que não gerará impasse dentro dos objetivos específicos de cada projeto. Os padrões orçais, mantem-se seguramente a execução das ações dos projetos aclarados no programa quadro da CTM entre os dois países, existe entre si, mecanismos adequados conducentes para superação de quaisquer impactos negativos que possa ser objeção do desenvolvimento das atividades dos projetos em curso (Teca, 2012).

⁵ Ex^a MDNPT, Aguiar-Branco apontou alguns números e sublinhou que "numa fase em que é exigida grande austeridade, no Orçamento para 2012" se manteve "e até cresceu um bocadinho o Orçamento afeto para esta área, cerca de seis milhões de euros". Ao longo destes anos de cooperação técnico-militar, 3.775 assessores militares portugueses passaram pelos países da CPLP, 6.148 alunos foram formados em Portugal, 26 mil militares formados por assessores portugueses nos países de origem, são números que impressionam mas são números que sobretudo marcam um investimento inestimável no capital humano", destacou.



Para que os mecanismos de reajustamento de vagas sejam aplicados de forma persuasiva, são apoiados através dos resultados dos relatórios trimestral, semestral e anual contendo dados pormenorizados que permita a eficácia destes reajustes.

No entanto, estes documentos são elaborados pelos Diretores Técnicos de projetos conforme acima referido, sendo estes responsáveis de execução de ações de ficha projeto.

Após a análise dos resultados alcançados, de forma assertiva sem lesão entre as partes estando dentro do previsto no PQ ou ficha projeto, é que se efetiva tais reajustes (Teca, 2012).

No entanto, os dois países partilham uma forte identidade linguística e cultural, um sistema similar de governação, “incluindo sistemas semelhantes de administração pública, justiça gestão das finanças públicas e serviços sociais, bem como uma longa tradição de contactos e intercâmbios entre os seus membros.

b. Anular os impactos das restrições financeiras nos projetos da CTM entre Angola e Portugal

Em conjunto, as prioridades e os objetivos em matérias de desenvolvimento e criando um valor acrescentado com a colaboração subsequente. De acordo com, (Anon., s.d.) partilhando os mesmos valores e convicções empenhados numa cooperação de boa parceria e diálogo multilaterais como meios eficazes para obter soluções equitativas e sustentáveis, tem sido fundamental no desenvolvimento dos projetos definidos no presente programa quadro. Reitera que uma solidariedade genuína e plenamente partilhada são importante para garantir um desenvolvimento sustentável, bem como as condições para uma governação democrática (Teca, 2012).

Neste contexto das restrições financeiras, às prioridades permanecem em projetos em curso, na base do estabelecido nos objetivos constantes no PQ da CTM entre os dois países.

Neste contexto, e tendo por base a experiência passada, os dois países estão empenhados em prosseguir e reforçar a sua cooperação ao brigo do novo programa quadro estabelecido ou aprovado na 11ª Reunião da Comissão Bilateral Luso-Angolana no Domínio da Defesa, realizada em Luanda de 29 de Abril a 03 de Maio de 2010, as atividades decorrentes e previstas deverão proporcionar vantagens comparativas através da sua integração numa abordagem plurinacional, que permita atender problemas comuns, o intercâmbio de conhecimentos especializados e experiência e divulgar as melhores praticas.



Através da eficiência e eficácia do emprego dos recursos ao seu dispor, traduz-se na boa qualidade e quantidade na realização das ações dos projetos como nos referimos neste capítulo na sua linha (A) nos parágrafos (3 e 4), os dois países tomam medidas necessárias de assegurar a aplicação efetiva do presente programa, na qual cada Diretor Técnico de projeto constitui ponto de contacto permanente, para cada projeto comum, assegurar uma cooperação estreita entre os dois países sobre questões de interesse comum em relação aos domínios previstos na CTM, analisado regularmente, através dos seus respetivos representantes, os progressos alcançados nos domínios previstos da CTM.

Tendo em atenção a grandeza do PQ da CTM dos dois países, estes tomam precauções na realização das ações através das linhas orientadoras e prioridades fazendo o necessário para evitar atrocidades antes e no decorrer das atividades dos projetos. Não basta o programa quadro entre os dois países sem ter capacidades possíveis de realização das ações dos projetos que preenchem o PQ, porque a evolução não é estática, é algo em constante transformação cada dia que passa somos sempre surpreendido por coisas em imagens novas na própria vida do homem, em formas de pensar, programar, agir, etc. por isso que é assumida a cooperação como instrumento importante para quaisquer organização quão que seja considera ser fundamental a cooperação.

De acordo as fontes consultadas, haverá restrições financeiras nos projetos da cooperação técnico-militar entre os dois países, estas restrições não contrariam o normal desenvolvimento dos projetos definidos.

c. Síntese conclusiva

O potencial da CTM entre os dois países, está na definição das suas linhas orientadoras das ações dos projetos em conjugação com as capacidades dos recursos ao seu dispor, traduz um imenso potencial, sem os quais não seria possível atingir os níveis atuais das ambições do atual PQ da CTM entre os dois países.

É desta forma que passo a passo, com esses recursos todas as dificuldades têm-se ultrapassado sem constrangimento, mérito dos agentes executores de forma eficiente e eficazes as ações têm surtido de forma positiva na concretização dos objetivos assim definidos.

Apesar do fenómeno da crise económica a nível global, a CTM mantém o seu normal ritmo de desenvolvimento dos seus projetos, na obediência dos objetivos definidos



através do PQ em vigor entre os dois países. Considerando a partilha de preocupações comuns, e linhas de prioridade para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentado.

Desta forma neste capítulo, procuramos desse modo responder às QD- (4,5 e 6).

QD 4 – Como potencializar o papel da CTM entre Angola e Portugal?

Para que sejam criadas as condições possíveis para potencializar a CTM, importa o assunto ser perçível por todos, na mancipação da importância da CTM, nas sociedades sendo uma mais-valias a nível nacionais, não só, a cooperação é um instrumento mediático nos assuntos concernente à segurança e defesa de quaisquer soberania. Neste contexto da potencialização da CTM passa necessariamente por conjugação de combinadas forças e ações combinadas entre as partes, promovendo todos os valores de relações de aproximação entre as partes. Desta forma, procuramos confirmar à hipótese 4 - na efetivação das ações conjuntas entre os dois povos, através das organizações que contribuem direta ou indiretamente nas ações da CTM entre os dois países, na promoção das relações históricos e culturais.

QD 5 – Qual é o impacto das restrições financeiras nos projetos da cooperação técnico-militar entre Angola e Portugal?

O impacto das restrições financeiras nos projetos da CTM são notáveis apenas nos reajustes das vagas no projeto 10. Deste modo, confirmamos à hipótese 5 - Às restrições financeiras pode ter impacto nos projetos da Cooperação técnico-militar entre os dois países, uma vez que o fenómeno da crise económica é global.

QD 6 – Como anular os impactos das restrições financeiras na cooperação técnico-militar entre Angola e Portugal?

Para anular os impactos das restrições financeiras nos projetos da CTM, importa manter o desenvolvimento dos projetos em curso. Confirmamos à hipótese 6 – através de custos-benefícios, define-se projetos a reduzir ou suspender.



Conclusões

As atividades de formação decorrem entre os dois países desde o século passado, adquirindo com a multilateralização uma maior preocupação em apoiar as Forças Armadas Angolanas e os quadros superiores da administração do Estado no estudo e análise das relações internacionais.

Assim, deste grupo de atividades destacam-se as relacionadas com o treino e formação de pessoal, e prestação de serviços, nomeadamente o apoio logístico, assistência sanitária e transporte, bem como o fornecimento de material de acordo com as características e disponibilidade dos ramos, revestindo-se nas vendas por valor integral, venda por valor parcial, de empréstimos determinado no tempo e ainda de forma gratuita.

Porém, na concretização destas atividades, os seus impactos lançaram um grande desafio despertando grandes ambições nos agentes “beneficiários”, no caso de Angola, com enfoque em dotar os quadros de conhecimentos técnico-profissionais e científicos, fomentando o prestígio das forças armadas angolanas e na valorização das capacidades dos seus elementos. Aspeto que tem contribuído de forma bastante significativo não só no aliar do desenvolvimento social de Angola, mas também na concretização de objetivos que abrangem diversas áreas da organização superior da Defesa e das Forças Armadas dos dois países.

A CTM entre os dois países tem assumido um papel importante na capacitação das Forças Armadas Angolanas. Simultaneamente, tem procurado aumentar as suas capacidades de intervenção em situações de crise e de conflito a nível regional para em comuns intervir no continente e assim diminuir a necessidade de intervenção de forças militares estrangeiras nos assuntos continentais.

Os modelos adotados pelos dois países têm evoluído em esforços bilaterais e na diminuição de custos, no desenvolvimento contínuo e potenciando a baixo custo a defesa dos interesses nacionais nos dois continentes e nos diversos fora onde os países estão envolvidos, para além de contribuir para o esforço internacional do apoio ao desenvolvimento nos dois continentes. “Uma cooperação que assente em assessorias de projetos”.

Assim, de forma muito clara ficamos através deste trabalho, a conhecer as instituições competentes na CTM entre os dois países, como se processa a execução dos projetos da CTM, a estrutura da cadeia de comando da CTM entre os dois países e os seus respei-



vos representantes, assim como a materialização dos seus objetivos em que se baseia os PQ CTM trianuais.

As atividades de cada projeto ocorrem através das ações realizadas na base do definido correspondendo às necessidades assim apresentadas dentro da partilha das preocupações, desta forma, traduz num horizonte de um futuro melhor, contribuindo deste modo na conservação de relações entre as partes. Uma vez que o reforço e promoção dos valores históricos e laços culturais e linguísticos são fundamentais.

A importância da CTM, tem sido um assunto merecedor de um olhar atento de alguns dirigentes, sejam eles políticos ou militares, dando contributos e incentivos para que esta ganhe cada vez mais valores dentro das sociedades.

A CTM além dos assuntos acima elencados, importa também à preservação da sua memória histórica, uma vez que se trata de um assunto que os dois países pretendem manter e transmitir de geração a geração, neste contexto podemos afirmar que a riqueza mais importante da CTM, de todos os recursos envolvidos na CTM o mais importante são as “pessoas”.

Em termo de apoio material e equipamento necessário ao desenvolvimento da CTM, o país beneficiário garante todo apoio necessário para o normal desenvolvimento dos projetos no caso concreto de Angola. Apoio este que garante e assegura os aspetos logísticos, infraestruturas e transporte para a assessoria. A outra parte, no caso de Portugal, este garante o apoio administrativo aos assessores militares portugueses. No que diz respeito aos custos “meios financeiros”, são da responsabilidade do nível superior entre as partes.

O tema que nos propusemos estudar, da formação da autoridade marítima angolana é um assunto extremamente importante, uma vez que compreende o poder público exercido nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, traduzido na execução dos atos do Estado, de procedimentos administrativos e de registo marítimo, que contribuam para a segurança da navegação e, no exercício de fiscalização e de polícia, tendentes ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis nos espaços marítimos sob jurisdição nacional.

O exercício da atividades no mar territorial constitui facto importante para soberania, poder nas águas territoriais, assim, o Estado angolano desta forma assume à necessidade da formação da autoridade marítima angolana expressa no PQ da CTM entre Angola e Portugal em projeto de formação nesta área, decorrente nos acordos bilaterais. As ativida-



des da formação da autoridade marítima angolana decorrem a nível local e no exterior, no cumprimento dos projetos acima elencado entre os dois países.

Assim, deu para percebermos o porquê que a CTM não é possível ser bem encarada entre os dois povos, sendo um assunto ou instrumento mediático entre os dois povos, uma vez que seria fundamental para a CTM que fosse um assunto perceptível de modo comum. No lado dos angolanos o projeto desperta maior interesse uma vez que é pelo mar onde o Estado angolano exerce mais de 90% porcentos das atividades do comércio externo.

No entanto, para que em comum consigamos atingir os objetivos do desenvolvimento social sustentável, importa à conjugação de ações na prossecução de um determinado objetivo, neste contexto objetivo do desenvolvimento social sustentado.

Os Programas Quadros da CTM traduzem-se em diferenciadores, ao nível das ambições, uma vez que uns os seus acordos baseavam-se num PQ da CTM trianuais e o outro ou o atual baseasse num PQ da CTM quadriénio. Tendo como expediente básica a língua portuguesa que desde então joga um papel basilar na projeção do achegamento dos dois povos.

Deste modo para responder à questão central enunciada neste trabalho: As restrições financeiras podem ter impacto nos projetos de cooperação técnico-Militar entre Angola e Portugal?

Podemos afirmar que face às restrições financeiras em Portugal a CTM, vai desenvolver-se de acordo com o que está preconizado no PQ, sofrendo algumas restrições, como foram enunciadas anteriormente. A CTM mantém o seu normal ritmo de desenvolvimento dos seus projetos, na obediência dos objetivos definidos através do PQ em vigor entre os dois países. Considerando a partilha de preocupações comuns, e linhas de prioridade para o alcance dos benefícios esperados. As restrições financeiras nos projetos da CTM entre os dois países poderão ter reflexos em alguns projetos, nomeadamente no reajustamento das vagas, mas salvaguardando sempre os seus impactos, de modo a que não invalidem os objetivos superiormente definidos entre os dois países, conjugando os esforços de manter o ritmo e desenvolvimento dos projetos em curso.

a. Propostas

Para Angola julgamos ser importante tentar criar condições necessárias a nível local nas infraestruturas militares, nos estabelecimentos de ensino militar para que possa conse-



guir o melhor alicerce na área da formação, e um bom aproveitamento quer dos seus efetivos, quer na manutenção dos seus custos.

Importa para Angola optar por colocar em experiência algumas ideias que julgamos ser úteis, no que diz respeito a formação dos efetivos das FAA, neste contexto propomos o seguinte:

- 1) Construção de mais Escolas e Academias bem equipadas com meios tecnológicos de apoio à formação, criação de base de dados, bibliotecas e centros, onde se possa obter informações, conhecimento necessários proporcionando aos alunos uma formação de boa qualidade;
- 2) Construção de mais centros de simulação;
- 3) A postar na formação dos formadores para estes assumirem a área da formação das camadas mais jovens a nível local;
- 4) Diminuir os projetos de formação de base no estrangeiro, ficando apenas localmente;
- 5) Diminuir projetos permanentes;
- 6) Criar um calendário dentro do tempo escolar das camadas mais jovens para um intercâmbio entre as partes.
- 7) Julgamos ser importante, a interação desses futuros dirigentes nacionais para ser possível o aproveitamento das valências das partes, dando um impulso significativo no que diz respeito os níveis de confiança e transparência.

Nesta ótica de ideias, procuramos desta forma a otimização dos recursos financeiros ao nosso dispor, para que estes possam servir em apoio da construção e acondicionamento dos estabelecimentos de ensino.

Assim, num olhar naquilo que são os custos para as estadias dos bolseiros angolanos no estrangeiro, não só em Portugal, sendo que Angola têm outras parecerias de cooperação nesta área de formação dos seus militares, de facto são somas que possivelmente o que necessitam é de ser internamente sustentáveis.

O fator geoestratégico de Angola coloca aos decisores, a necessidade de qualificação dos seus quadros para que no desempenho das suas funções possam corresponder de forma eficiente e eficaz no cumprimento das missões de garantia da Paz, segurança e missões de apoio humanitário, no contexto africano.



Assim, julgamos que colocando em prática estas ideias seriam uma mais-valia pelo que os benefícios justificariam os custos ou investimento feito nesta área de formação. De facto, por uma ideia imaginária não sendo dado oficial, olhando pelos indicadores da estadia dum bolseiro angolano a soma dos seus custos em termos genéricos durante cinco anos de formação corresponde valores suficientes para a aquisição de material necessário para uma sala de aulas.

Por último, entendemos que a concretização destas propostas poderá traduzir-se em vantagens na coerência de formação nas Forças Armadas Angolanas, entre os níveis hierárquicos, na coesão nas cadeias de comando desde base até o escalão acima, o que atualmente não acontece por razões conhecidas e que a história ainda à pouco tempo escreveu em linhas muito claras.



Bibliografia

Angola, D. d. R. d., 2007. *Resolução de conselho de ministros N° 88/2007*. [Online]

Available at:

http://www.google.pt/#hl=ptPT&sclient=psyab&q=Governo+de+Angola+Resolu%C3%A7%C3%A3o+de+conselho+de+ministros+N%C2%BA88%2F2007&oq=Governo+de+Angola+Resolu%C3%A7%C3%A3o+de+conselho+de+ministros+N%C2%BA88%2F2007&aq=f&aqi=&aql=&gs_nf=1&gs_l=hp.12...14892.46 [Acedido em novembro 2011].

Anon., 2005. *Secretário-Geral das Nações Unidas Koffi Annan Relatório larger freedom: lowords development secritary and human reghts for all", do secretário geral*. [Online]

Available at:

http://www.google.pt/#hl=ptPT&sclient=psyab&q=Relat%C3%B3rio+da+ONU+2005&oq=Relat%C3%B3rio+da+ONU+2005&aq=f&aqi=&aql=&gs_nf=1&gs_l=hp.12...36686.56101.2.58969.18.18.0.0.0.0.0.0.0.0.W8_2MnJ5iTY&pbx=1&bav=on.2.or.r_gc.r_pw.r_qf..cf.osb&fp=8a96bf4577cfb04 [Acedido em novembro 2011]. Anon., s.d. [Online].

Barroso, L. F. M., 2010. *A Evolução da CPLP*. [Online] Available at:

http://www.google.pt/#hl=ptPT&sclient=psyab&q=governo+de+portugal+Barroso+Fernando+Machado+a+Evolu%C3%A7%C3%A3o+da+CPLP&oq=governo+de+portugal+Barroso+Fernando+Machado+a+Evolu%C3%A7%C3%A3o+da+CPLP&aq=f&aqi=&aql=&gs_nf=1&gs_l=serp.12...12784.63952.8.6647 [Acedido em março 2012].

Barroso, J. M. D., s.d. *A cooperação internacional e os processos de paz: O exemplo angolano*. [Online] Available at:

http://www.ieei.pt/files/Durao_Barroso_O_exemplo_Angolano.pdf [Acedido em 15 março 2012].

Bernardino, L. M. B., 2009. *Que Contributos de Portugal e de CPLP para a Arquitetura de Paz e Segurança Africana*. [Online] Available at:

<http://www.google.pt/#hl=ptPT&sclient=psyab&q=Lu%C3%ADs+Manuel+Br%C3%A1s+Bernardino++2009+Que+contributo+de+Portugal+e+da+CPLP+para+a+Arquitetura+de+Paz+Seguran%C3%A7a+Africana&oq=Lu%C3%ADs+Manuel+Br%C3%A1s+Bernardino++2009+Que+contributo+de+Portugal> [Acedido em 9 fevereiro 2012].

Duarte, S. A., 2011. *Cooperação Técnico-Militar Portuguesa*. [Online]

Available at:

<http://www.google.pt/#hl=ptPT&sclient=psyab&q=Coopera%C3%A7%C3%A3o+t%C3%ADs>



[A9cnicomilitar+portuguesa&oq=Coopera%C3%A7%C3%A3o+t%C3%A9cnicomilitar+p
ortuguesa&aq=f&aqi=&aql=&gs_nf=1&gs_l=serp.12...625179.645658.3.653492.37.35.0.
0.0.0.3706.12438.8-1j3.5.0.3Q](#) [Acedido em 14 janeiro 2012].

ESG, 2010. *Cooperação Técnico-Militar entre Angola e Portugal*. [Online]

Available at:

[Filipe, C. A. E., 2012. *Cooperação Técnico-Militar entre PORTUGAL e ANGOLA*
\[Entrevista\] \(19 março 2012\).](http://www.google.pt/#hl=ptPT&sclient=psyab&q+=governo+de+angola+2010+Escola+S
uperior+de+Guerra&oq+=governo+de+angola+2010+Escola+Superior+de+Guerra&aq=f
&aqi=&aql=&gs_nf=1&gs_l=serp.12...329521.514389.4.517491.29.29.0.0.0.1.3317.12521
.0j15j6j2j1j2j1j9-2 [Acedido em novembro 2011]</p></div><div data-bbox=)

IESM, 2011. *Relatório de Atividades Anual CTM entre Portugal e Angola*, s.l.: IESM.

IPAD, 2011. *Programa Indicativo de Cooperação*. [Online] Available at:

[Marques, A. J. G., 2008. *Cooperação Técnico-Militar com os PALOP*. \[Online\]](http://www.google.pt/#hl=ptPT&gs_nf=1&pq=lu%C3%ADs%20manuel%20br%C3%A1s
%20bernardino%20%202009%20que%20contributo%20de%20portugal%20e%20da%20c
plp%20para%20a%20arquitetura%20de%20paz%20seguran%C3%A7a%20africana&cp=1
5&gs_id=53&xhr=t&q=Programa%20Indicativ [Acedido em abril 2012].</p></div><div data-bbox=)

Available at:

[MGA, Marinha de Guerra Angola, 2011. *Revista da marinha de guerra angolana R/MGA*
Edição Nº 8. \[Online\] Available at:](http://www.google.pt/#hl=ptPT&sclient=psyab&q=Marques+Ant%C3%B3nio+Jos%C3%A9
A9+Gameiro+2008+Coopera%C3%A7%C3%A3o+t%C3%A9cnicomilitar+com+PALOP
&oq=Marques+Ant%C3%B3nio+Jos%C3%A9+Gameiro+2008+Coopera%C3%A7%C3%A3o+t%C3%A9cnico-militar+com+PALOP&aq=f&aqi=&aql=&gs_nf=1&gs_l=serp.12...36298.37753.3.46514.5.5.0.0.0.0.392.1113.0j3j1j1.5.0.WOagHs3_Xdc&psj=1&bav=on.2,or.r_gc.r_ [Acedido em novembro 2011].</p></div><div data-bbox=)

[MGA, 2010. *Revista da Marinha de Guerra Angolana Edição Nº 7*. \[Online\] Available at:](http://www.google.pt/#hl=ptPT&sclient=psyab&q=Revista+da+MGA+governo+de+angol
a+2008&oq=Revista+da+MGA+governo+de+angola+2008&aq=f&aqi=&aql=&gs_nf=1&gs_l=serp.12...36298.37753.3.46514.5.5.0.0.0.0.392.1113.0j3j1j1.5.0.WOagHs3_Xdc&psj=1&bav=on.2,or.r_gc.r_ [Acedido em março 2012].</p></div><div data-bbox=)

[---

TCOR INF Domingos Paulino MBali IESM CEMC 2011/2012](http://www.google.pt/#hl=ptPT&sclient=psyab&q=Revista+da+MGA+governo+de+angol</p></div><div data-bbox=)



[a+2008&oq=Revista+da+MGA+governo+de+angola+2008&aq=f&aqi=&aql=&gs_l=serp.12...36298.37753.3.46514.5.5.0.0.0.392.1113.0j3j1j1.5.0.WOagHs3_Xdc&psi=1&bav=on.2,or.r_gc.r](http://www.google.pt/#hl=ptPT&gs_l=serp.12...36298.37753.3.46514.5.5.0.0.0.392.1113.0j3j1j1.5.0.WOagHs3_Xdc&psi=1&bav=on.2,or.r_gc.r) [Acedido em novembro 2011].

PALOP (ANGOLA, C. V. G. B. M. S. T. E. P. e. T. L. /. C. E., 2008. versão final PALOP. *Documento Orientador da Cooperação com PALOP 10º FED*, 6 maio. PALOP, 2008. *cooperação com PALOP 10º FED, Versão Final documento orientador*. [Online]

Available at:

http://www.google.pt/#hl=ptPT&gs_l=serp.12...36298.37753.3.46514.5.5.0.0.0.392.1113.0j3j1j1.5.0.WOagHs3_Xdc&psi=1&bav=on.2,or.r_gc.r [Acedido em Março 2012]

RCMPT, 2005. Resolução de Conselho de Ministro nº196/2005. *Diário da República PT-Serie-B, N° 244; Diário República Portuguesa*, 22 dezembro.

Teca, A., 2012. *Cooperação Técnico-Militar entre Angola e Portugal* [Entrevista] (26 março 2012).



Anexo A. ii – Objetivo global e objetivos Específicos

Nº DO PROJ	Designação	Objetivo Global	Objetivos Específicos
Proj-1	Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas (ESDN FAA)	Apoio à Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas	<ul style="list-style-type: none">- Apoio técnico às Direções, Órgãos e Serviços do MINDEN e do EM-GFAA;- Apoio técnico na área do Planeamento e Organização das Forças Armadas Angolanas (FAA);- Apoio técnico nas áreas da Cooperação Técnico-Militar não inscritas no Programa-Quadro.
Proj-2	Escola Superior de Guerra (ESG)	Apoio à Escola Superior de Guerra	<ul style="list-style-type: none">- Apoio à organização e ao funcionamento da ESG;- Apoio técnico e pedagógico aos Cursos da ESG;- Apoio técnico ao desenvolvimento do Centro de Simulação de Operações Militares;- Apoio técnico ao desenvolvimento da Biblioteca.
Proj-3	Direção do Serviço de Saúde das FAA (DSS/FAA)	Apoio à Direção do Serviço de Saúde da FAA	<ul style="list-style-type: none">- Apoio Conceptual, organizativo, técnico e de prevenção em diversos domínios da área de saúde;- Apoio à capacidade laboratorial no Controlo de Qualidade de Produtos Químicos e Farmacêuticos;- Apoio no Diagnóstico e Prevenção de Grandes Endemias;- Formação de especialistas no Diagnóstico Laboratorial e Prevenção no uso de medidas de combate ao Bioterrorismo e medidas de Biossegurança.
Proj-4	Direção de Forças Especiais (DFE)	Apoio à Direção de Forças Especiais	<ul style="list-style-type: none">- Apoio técnico à Direção de Forças Especiais;- Apoio ao aperfeiçoamento e consolidação da Brigada de Forças Especiais e das suas Componentes;- Apoio técnico às ações de Formação de Formadores e das especialidades da Brigada de Forças Especiais;- Apoio técnico à qualificação da Brigada de forças Especiais com capacidade para salto em paraquedas e respetivo apoio logístico (infraestruturas de instrução e de manutenção e lançamento de cargas).
Proj-5	Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOP)	Apoio ao Centro de Instrução de Operações de Paz	<ul style="list-style-type: none">- Apoio à organização e ao funcionamento do Centro de Instrução de Operações de Paz;- Apoio à formação de Quadros na área das Operações de paz e Humanitárias;- Apoio técnico na produção de material de instrução para os diversos cursos ministrados no CIOP.
Proj-6	Estado-Maior do Exército (EME)	Apoio ao Estado-Maior do Exército	<ul style="list-style-type: none">- Apoio técnico ao Comando e ao Estado-Maior do Exército;- Apoio à organização e Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino do Exército;- Apoio técnico à Engenharia do Exército no âmbito da:<ul style="list-style-type: none">• Formação de Especialistas na recuperação de infraestruturas;• Recuperação das infraestruturas Militares.
Proj-7	Academia Militar do Exército (AMEx)	Apoio à Academia Militar do Exército	<ul style="list-style-type: none">- Apoio Conceptual ao funcionamento da Academia Militar do Exército;- Apoio científico, técnico e pedagógico aos Cursos a ministrar na Academia Militar do Exército;- Apoio ao funcionamento da Biblioteca.



Proj-8	Marinha de Guerra Angolana (MGA)	Apoio à Marinha de Guerra Angolana	<ul style="list-style-type: none">- Apoio técnico ao Comando e ao Estado-Maior da Marinha de Guerra;- Apoio técnico à Marinha de Guerra no desenvolvimento do Sistema de Autoridade Marítima;- Apoio técnico ao Modelo de Formação da Marinha de Guerra;- Apoio à organização e funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino da Marinha de Guerra;- Apoio técnico à prontidão Naval.
Proj-9	Força Aérea Nacional (FAN)	Apoio à Força Aérea Nacional Angolana	<ul style="list-style-type: none">- Apoio técnico ao Comando e ao Estado-Maior da Força Área Nacional;- Apoio à organização e funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino da Força Aérea Nacional;- Apoio técnico e pedagógico aos Cursos da Escola Militar de Formação Aeronáutica;- Apoio técnico ao Centro Psicotécnico.
Proj-10	Formação em Portugal	Formação em Portugal e apoio à formação em Angola	<ul style="list-style-type: none">- Formação nos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar (Instituto de Estudos Superiores Militares, Escola Naval, Academia Militar da Força Aérea) e noutras Unidades, Estabelecimentos e Órgãos de Ensino Militar das Forças Armadas Portuguesas, e no Instituto da Defesa Nacional Portuguesa (DFNPT), conforme Programa Anual de Formação de Pessoal em Portugal;- Estágios e ações de ligação nos Comandos e Unidades das Forças Armadas Portuguesas para aquisição de competências na área da prontidão;- Apoio conceptual e organizativo à formação nas FAA;- Apoio técnico e pedagógico aos Cursos da Escola de Administração Militar.



Anexo B. ii - Objetivos Técnicos Projeto – 2 ESG

OT 1	Permanente	Apoiar o Comando ESG na reformulação dos currículos e conteúdos programáticos dos cursos.
OT 2		Planear, conduzir e apoiar um Estágio de Formação no seio do corpo docente da ESG, tendo em vista a evolução qualitativa do ensino.
OT 3	Não/P	Apoiar a Direção de ensino da ESG no planeamento e execução do 17º Curso Superior de Comando e Direção, em 2011.
OT 4		Apoiar a Direção de ensino da ESG no planeamento e execução do 8º Curso de Promoção a Oficial Superior, em 2011.
OT 5		Apoiar a Direção de ensino da ESG no planeamento e execução do 12º Curso de comando e Estado-Maior, em 2011.
OT 6		Apoiar a Direção de ensino da ESG no planeamento e execução do 18º Curso Superior de comando e Direção, em 2012.
OT 7		Apoiar a Direção de ensino da ESG no planeamento e execução do 13º Curso de comando e Estado-Maior, em 2012.
OT 8		Apoiar a Direção de ensino da ESG no planeamento e execução do 9º Curso de Promoção a Oficial Superior, em 2012.
OT 9		Apoiar a Direção de ensino da ESG no planeamento e execução do 19º Curso Superior de comando e Direção, em 2013.
OT 10		Apoiar a Direção de ensino da ESG no planeamento e execução do 14º Curso de comando e Estado-Maior, em 2013.
OT 11		Apoiar a Direção de ensino da ESG no planeamento e execução do 10º Curso de Promoção a Oficial Superior, em 2013.
OT 12		Apoiar a Direção de ensino da ESG no planeamento e execução do 20º Curso Superior de comando e Direção, em 2014.
OT 13		Apoiar a Direção de ensino da ESG no planeamento e execução do 15º Curso de comando e Estado-Maior, em 2014.
OT 14		Apoiar a Direção de ensino da ESG no planeamento e execução do 11º Curso de Promoção a Oficial Superior, em 2014.
OT 15		Apoiar a Direção de ensino da ESG no planeamento e execução de outros Cursos/Estágios de menor duração, que venham a realizar-se na ESG.
OT 16		Apoiar a organização e desenvolvimento da Biblioteca da ESG – Biblioteca Portugal.
OT 17		Apoiar o levantamento do Centro de Simulação de Operações Militares.



Apenso A- ii
PQ CTM 2011-2014